



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PGEO)
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**



JÉSSICA DE OLIVEIRA SILVA

**TRABALHO E TRABALHO FEMININO NOS LIMITES DA RE-
PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UM ESBOÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

**Vitória da Conquista - BA
Setembro 2021**

JÉSSICA DE OLIVEIRA SILVA

**TRABALHO E TRABALHO FEMININO NOS LIMITES DA RE-
PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UM ESBOÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof. Dr. Sócrates Menezes

**Vitória da Conquista - BA
Setembro 2021**

S581t

Silva, Jéssica de Oliveira.

Trabalho e trabalho feminino nos limites da reprodução do espaço: um

esboço teórico-metodológico. / Jéssica de Oliveira Silva, 2021.

68f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Sócrates Menezes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência F. 61 – 64.

1. Trabalho feminino. 2. Re-produção do espaço. 3. Divisão sexual do trabalho. I. Menezes, Sócrates. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO. T. III.

CDD: 331.4



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

TRABALHO E TRABALHO FEMININO NOS LIMITES DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO: UM ESBOÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

JÉSSICA DE OLIVEIRA SILVA

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da UESB
(PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção
do título de MESTRE.

Aprovada em: 27 de outubro de 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes
(Orientador) (UESB)

Prof.ª Dr.ª. Vanessa Dias de Oliveira
(Examinadora Externa) (UFS)

Prof.ª. Dr.ª. Suzane Tosta Souza
(Examinadora Interna) (UESB)

Vitória da Conquista- BA

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8741 | ppgeo@uesb.edu.br

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP: 45.100-000
PABX: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequiezinho
CEP: 45.100-000
PABX: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45.031-300
PABX: (77) 3424 - 8600



AGRADECIMENTOS

No processo de elaboração desta dissertação contei com o apoio de poucas pessoas, pois, devido a pandemia, o isolamento social me distanciou de muita gente, no entanto, me possibilitou passar por um processo de amadurecimento e autoconhecimento.

Agradeço:

Aos meus pais, Odete e Gertulino, que devido a maneira que me educaram, me fizeram uma pessoa forte, e mesmo diante de tantos percalços vivenciados durante toda a vida e sobretudo nesse período, fez com que eu não desistisse de lutar pelos meus sonhos e da maneira deles, sempre me deixava claro que eu era capaz de ir além.

Ao meu orientador Sócrates Menezes, pelo apoio intelectual.

Aos meus irmãos Diego e Taís, pelo incentivo e irmandade de sempre.

Ao meu companheiro Júnior, por compartilhar a vida comigo.

E a minha amiga Geisa, por todo apoio e amizade.

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.(ANTUNES, 2009. p. 25)

RESUMO

A questão central dessa dissertação é a investigação do processo de produção e reprodução do espaço através de uma análise dialética em torno da reprodução do trabalho feminino. Parte-se da perspectiva do trabalho como mediador da relação indissociável entre sociedade e natureza que se concebe e ocorre pela totalidade das relações humanas, em caráter dialético e contraditório. Além de condição indispensável o trabalho é a categoria que emerge como central para a gênese do sistema produtor de mercadorias, do sistema do capital. O conceito de divisão sexual do trabalho permeia por todo o texto, pois as mulheres ocupam na sociedade e em cada tempo histórico posições muito bem estabelecidas pelo sistema. É abordado também o trabalho produtivo e reprodutivo. Pois, esse último, é realizado por mulheres, quando produtivo, produz mais-valia no espaço de produção, quando reprodutivo produz espaço na reprodução da vida. Ao abordarmos o trabalho reprodutivo tratamos de trabalho doméstico, que é exercido majoritariamente por mulheres na maioria das vezes sem regulamentação e sem valor econômico para o sistema, mas fundamental no processo de acumulação. As técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram: revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários em sites como DIEESE e IBGE/SIDRA. Para o desenvolvimento dessa pesquisa e para a compreensão da reprodução do espaço e o trabalho da mulher é de fundamental importância compreender as estratégias de exploração do trabalho feminino que nesse quadro de pandemia, de isolamento social e *home office*, evidencia-se uma maior precariedade, onde as mulheres se desdobram entre o trabalho produtivo e reprodutivo, que passaram a ser realizados no lar de forma intensificada sem horário de início ou de término. A mulher sempre esteve envolvida na produção de bens e serviços, nas economias capitalistas e pré-capitalistas. Assim, em toda a história a mulher desempenha um papel econômico importante e tem sido fundamental no processo de acumulação.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Divisão sexual do trabalho. Re-Produção do espaço

ABSTRACT

The central issue of this dissertation is the investigation of the process of production and reproduction of space through a dialectical analysis around the reproduction of female work. It starts from the perspective of work as a mediator of the inseparable relationship between society and nature that is conceived and occurs through the totality of human relationships, in a dialectical and contradictory character. In addition to being an indispensable condition, work is the category that emerges as central to the genesis of the commodity-producing system, of the capital system. The concept of the sexual division of labor permeates the entire text, as women occupy positions in society and at each historical time that are very well established by the system. Productive and reproductive work is also addressed. Because the latter is performed by women, when productive, it produces surplus value in the production space, when reproductive it produces space in the reproduction of life. When approaching reproductive work, we are dealing with domestic work, which is performed mostly by women, most of the time without regulation and without economic value for the system, but fundamental in the accumulation process. The techniques used for the development of the research were: literature review and secondary data collection on sites such as DIEESE and IBGE/SIDRA. For the development of this research and for the understanding of the reproduction of space and women's work, it is essential to understand the exploitation strategies of women's work, which in this pandemic, social isolation and home office framework, shows greater precariousness, where women are deployed between productive and reproductive work, which began to be carried out in the home in an intensified manner, with no start or end time. Women have always been involved in the production of goods and services, in capitalist and pre-capitalist economies. Thus, throughout history, women play an important economic role and have been fundamental in the accumulation process.

Key words: Female work. Sexual division of work. Space Reproduction

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Participação das mulheres no legislativo brasileiro..... | 38 |
| Tabela 2 - População economicamente ativa e taxa de fecundidade no Brasil 1970-2010 | 54 |
| Tabela 3 - Distribuição percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e setor de atividade - Brasil, 2005 a 2015..... | 55 |
| Tabela 4 – Distribuição percentual da população brasileira ocupada por setores de atividade- 2010..... | 56 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Distribuição da força de trabalho no Brasil – 2020..... | 16 |
| Gráfico 2 - Participação de pessoas ocupadas no emprego doméstico, por sexo e raça, Brasil 2018 (mil pessoas) | 46 |
| Gráfico 3 - Taxa de participação da população economicamente ativa por sexo - 1950-2010..... | 53 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre trabalho feminino. | 01 |
| Quadro 2 - População relativa segundo Marx..... | 23 |
| Quadro 3 - Exemplificando o trabalho produtivo e improdutivo..... | 31 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBC – Instituto Nacional do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Sumário

| | |
|---|----|
| SESSÃO 1: INTRODUÇÃO..... | 1 |
| SESSÃO 2 - A CENTRALIDADE DO TRABALHO E TRABALHO FEMININO..... | 8 |
| 2.1 TRABALHO E CAPITALISMO..... | 8 |
| 2.2 - MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO | 12 |
| 2.3 - FORÇA DE TRABALHO INFORMAL..... | 15 |
| SESSÃO 3 - TRABALHO FEMININO DOMÉSTICO REPRODUTIVO E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA | 18 |
| 3.1 - ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO TEMPO DE TRABALHO REPRODUTIVO | 18 |
| 3.2 – MAIS VALIA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL..... | 20 |
| 3.3 - TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO NA DIVISÃO SEXUAL E HIERÁRQUICA DO TRABALHO | 26 |
| SESSÃO 04 – A CONDIÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO | 37 |
| 4.1 - TRABALHO FEMININO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO | 37 |
| 4.2 – RE-PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TRABALHO FEMININO. | 40 |
| 4.3 - A POSIÇÃO DA MULHER NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO | 49 |
| SESSÃO 5 – CONCLUSÃO..... | 58 |
| REFERÊNCIAS..... | 61 |
| Questionário A..... | 65 |

SESSÃO 1: INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a condição do trabalho feminino no debate sobre a reprodução do espaço. Do ponto de vista das ciências sociais em geral, o trabalho feminino tem sido analisado, por meio de dois núcleos interpretativos principais: um que observa a condição precarizada, subordinada e desvalorizada das atividades exercidas por mulheres nos postos de trabalho formais e informais, tanto naqueles comuns aos homens, como nos “designados” às mulheres. Outro que observa, por meio do debate de gênero, a subsunção das mulheres, no processo de reprodução das relações sociais propriamente patriarcais. Do ponto de vista da Geografia, as pesquisas sobre o trabalho feminino seguem esses dois eixos gerais principais das ciências sociais, mas com a especificidade da demonstração empírica como garantia do enfoque “geográfico”.

Tais enfoques investigativos se apresentam como relevantes contribuições sociais, pois versam sobre a questão feminina no mundo do trabalho e de como a atribuição historicamente feminina às atividades de cunho reprodutivo servem para camuflar o que na verdade é precarização e trabalho não pago, essencial para manutenção e reprodução do sistema do capital. No entanto, a presente pesquisa visa adentrar nas relações específicas da reprodução do espaço a partir do trabalho feminino nele, não como mais um elemento, mas como condição fundamental.

Segue a baixo um quadro com pesquisas que vem sendo desenvolvidas abordando a categoria em questão, juntamente com a temática dessa dissertação que envolve o trabalho feminino. Além do quadro exposto importantes autoras como Maria Franco Garcia, Terezinha de Carvalho tem dando grandes contribuições sobre a temática gênero.

Quadro 01- Algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre trabalho feminino

| Título | Tipo | Ano | Autor(a) | Objetivos |
|---|-------------|------|-----------------------|--|
| A condição do trabalho feminino no polo naval do Rio Grande/RS | Dissertação | 2012 | Adriana Lessa Cardoso | Visa compreender a condição do trabalho feminino e as experiências vividas pelas trabalhadoras que prestam serviço à Petrobrás, localizadas no Polo Naval do Rio Grande/RS considerando a divisão sexual do trabalho; a discriminação/preconceito e o empoderamento. |

| | | | | |
|---|-------------|------|--------------------------------------|---|
| A inserção da mulher no mercado de trabalho: emancipação ou precarização? | Dissertação | 2018 | Mariana Alejandra Roedel Salles Toro | Examina se a inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser considerada um caminho de sua emancipação e relativa autonomia, diante de funções e salários inferiores aos dos homens da submissão a situações precárias de trabalho, bem como das duplas e triplas jornadas de trabalho, reforçando a divisão sexual do trabalho. |
| Na intimidade do domicílio: o trabalho feminino na produção de moda íntima de Nova Friburgo | Dissertação | 2012 | Prissilla Mello de Oliveira | Observa as transformações no mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas, e a repercussão dessas transformações nos processos construtores do espaço da moda íntima do bairro de Olaria, do município de Nova Friburgo - Estado do Rio de Janeiro, onde se expande principalmente o trabalho feminino precariamente realizado em domicílio. |
| O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos - Feira de Santana - Bahia. | Dissertação | 2013 | Maira Lopes dos Reis | Analisa a produção do espaço agrário do povoado de Matinha dos Pretos no município de Feira de Santana-Bahia a partir do trabalho realizado pelas mulheres identificando a importância do trabalho feminino na construção dos espaços sociais em uma zona tipicamente agrícola. |
| O Trabalho Feminino na Microrregião de Toledo: Novas Dinâmicas e Reconfigurações no Território a partir da Instalação dos Frigoríficos de Aves | Dissertação | 2014 | Juliane Regina Becker | Analisa os fatores que impulsionam a inserção da mulher no mercado de trabalho, visando entender suas trajetórias, dilemas e dificuldades perante o processo de expansão capitalista engendrado sobre o Oeste do Paraná, atrelado à instalação das indústrias de alimentos. |
| Significados do trabalho feminino para trabalhadoras de uma lavanderia comunitária | Dissertação | 2016 | Aline de Oliveira Rodrigues | Analisa os aspectos sociais e simbólicos do trabalho feminino realizado em uma lavanderia comunitária do município de Muriaé/ MG, desvelando as estratégias a que as mulheres recorrem para conjugar trabalho produtivo e reprodutivo em seu cotidiano laboral e familiar. |
| Gênero no contexto da reestruturação produtiva: algumas dimensões esquecidas | Dissertação | 2000 | Antônia Egídia de Souza | Analisa a reestruturação produtiva e o trabalho feminino no setor metal mecânico de Santa Catarina com enfoque na categoria gênero. |
| Condições de trabalho de mulheres na indústria de abate e produção de carnes, nos municípios | Dissertação | 2018 | Meline Vitali Duminelli | Descreve as condições de trabalho de mulheres na indústria de abate e produção de carnes, nos municípios catarinenses de Forquilha e Nova Veneza. |

| | | | | |
|--|--------|------|---|--|
| catarinenses de Forquilha e Nova Veneza | | | | |
| As Trabalhadoras da 'ITALAC Alimentos' em Corumbaíba (GO): entre a emancipação e a precarização | Artigo | 2015 | Carmem Lucia Costa e Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro | Analisa o trabalho feminino no espaço produtivo e reprodutivo a partir das considerações das trabalhadoras da agroindústria laticinista Italac Alimentos, em Corumbaíba (GO). |
| As Trabalhadoras Negras em Atividades de Serviços de Limpeza: Um Olhar que Desvela | Artigo | 2019 | Susana Maria Vele da Silva e Rafael Moura Tédde | Analisa o perfil das trabalhadoras na área da limpeza em uma Instituição de Ensino Superior (IES) do município de Rio Grande - (RS), considerando situações de opressão, exploração e resistência no âmbito laboral. |

Como pode ser observado no quadro acima, as pesquisas desenvolvidas em Geografia se realizam segundo as constatações apresentadas, com um forte acento empírico-demonstrativo.

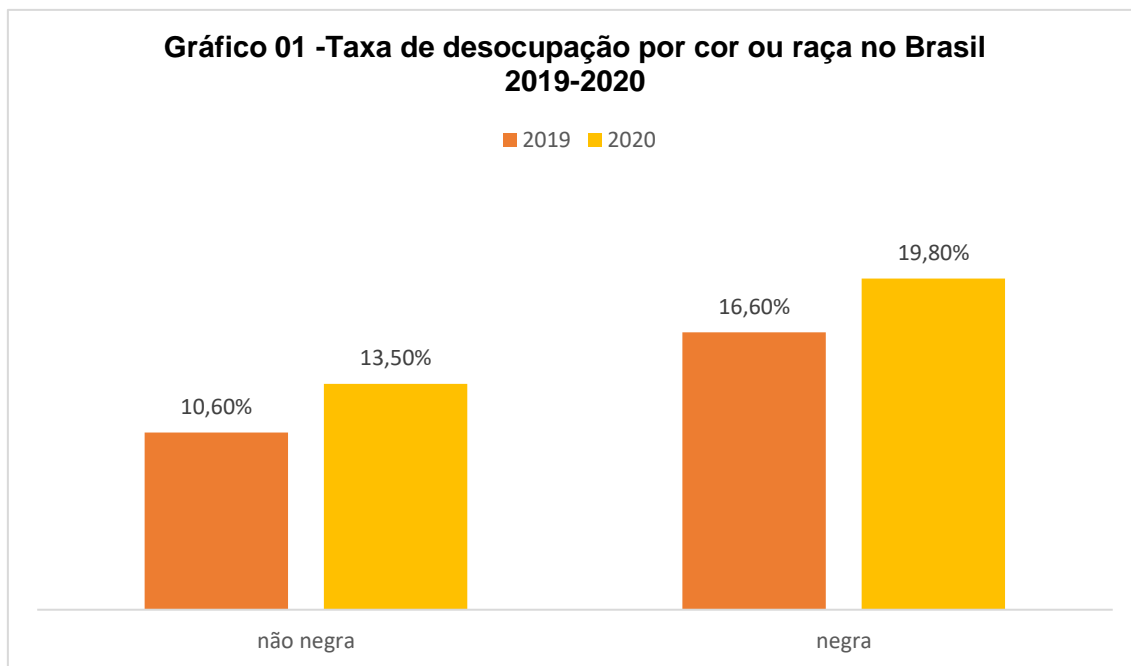
As premissas resultantes desta dissertação, iniciaram-se em 2018, com a conclusão da pesquisa da pós-graduação *lato sensu* intitulada “Sujeitos de Passagem em Espaço de Mobilidade nos Tempos de Rotação Cafeeira”. Na ocasião foram debatidas questões relacionadas à precarização e à mobilidade dos trabalhadores que colhem café, no município de Poções-BA. Com a conclusão do trabalho monográfico, verificou-se uma intensa presença feminina e constatou-se que a condição do trabalho feminino apresentava uma realidade ainda mais degradante. Dados relativos, por exemplo, ao registro oficial de trabalho e remuneração da força de trabalho empregada demonstram que 94% das trabalhadoras nunca tiveram a carteira trabalhista assinada; em relação aos homens esse dado é de 74% (SILVA, 2018). Outra questão observada na pesquisa remete ao fato de que os trabalhadores que colhem o café dependem em grande parte daquela renda somente durante o período da colheita, até porque o mesmo se caracteriza por ser um trabalho temporário. Tal constatação também foi um dos motivos que instigaram a busca de respostas que permitam compreender essa realidade.

Diante dos resultados, surgiram algumas questões que motivaram a realização do presente estudo, dentre elas: de que forma as mulheres se inserem no mercado de trabalho? Por que as mulheres mesmo com maior nível de escolaridade ainda

recebem um salário inferior e ocupam posições inferiores aos homens? Como essas mulheres realizam a conciliação entre trabalho, a vida familiar e o trabalho doméstico? Quem são essas trabalhadoras e como vivenciam suas experiências num mundo de trabalho? Que tipo de trabalho elas exercem na entressafra? Como se modifica o espaço para garantir a reprodução da vida? Como produzem espaço na esfera da produção e da reprodução. Assim, a temática do trabalho feminino foi objetivada de forma a evidenciar as condições de sua exploração, diante da forte opressão, além das exaustivas jornadas dentro e fora do âmbito familiar.

A própria pesquisa aqui apresentada foi projetada com o objetivo de analisar a condição do trabalho feminino na produção cafeeira do Planalto da Conquista, Bahia. Desse modo, a proposta inicial visava investigar a forma particular e desvalorizada com que as mulheres colheitadeiras se inserem no processo produtivo nessa região que tem no café um de suas principais atividades econômicas. A ideia inicial era a realização de pesquisa empírica com aplicação de questionários em quatro municípios do Planalto da Conquista, sendo eles: Barra do Choça, Vitória da Conquista, Encruzilhada e Planalto. Além de se buscar respostas para os questionamentos levantados acima, o objetivo era tratar um perfil das mulheres colheitadeiras, identificando seu envolvimento na produção do espaço e o estabelecimento de diferentes níveis de desigualdade, conforme as variáveis sexuais, sociais e espaciais.

Sobre a questão da desigualdade, é necessário entender que a desigualdade entre trabalho feminino e trabalho masculino, no contexto geral da divisão hierárquica do trabalho, fundamenta a construção da própria “desigualdade espacial”, especialmente entre campo e cidade. Há uma desigualdade entre campo e cidade, no campo a força de trabalho é mais desvalorizada que na cidade no que se refere a dimensão racial, as mulheres negras são as mais exploradas que as mulheres brancas, seja no campo ou na cidade; os homens negros mais explorados que os brancos, seja no campo ou na cidade como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – IBGE, referente ao 3º trimestre de 2019 e de 2020

O gráfico mostra que as taxas de desempregos aumentaram no primeiro trimestre de 2020, e apesar desse fato ter forte relação com a crise pandêmica, podemos constatar que o desemprego sendo maior entre a população negra, evidencia a estrutural desigualdade racial e a manifestação do racismo na sociedade brasileira.

Monta-se, assim, especialmente, uma estrutura hierárquica do trabalho que força, principalmente nos momentos de crise, a equalização do salário aos níveis mais baixos dessa hierarquia. Por isso o estudo do trabalho feminino, especialmente aquele realizado pelas mulheres, é o foco analítico mais fiel às formas reais e tendenciais da superexploração do trabalho que se observa diante da crise estrutural do capital.

Dada a especificidade do trabalho feminino e à forma com que essa temática vem crescendo nos estudos em Geografia, dada ainda às limitações da investigação científica, imposta pela Pandemia da COVID-19, optou-se por fazer um estudo sobre como o trabalho feminino se insere no debate da re-produção do espaço. Essa reorientação objetiva da pesquisa tem sua justificativa fundamentada em três constatações: (1) na necessidade de desenvolvimento do debate teórico-metodológico sobre a temática, no sentido de avançar a análise para além da circunscrição empírica que demarca tradicionalmente o campo da Geografia; (2) na necessidade de desenvolvimento na Geografia de temáticas que se apresentam como

sociológicas, “não-geográficas”, no caso o trabalho e a questão da mulher no patriarcado capitalista; (3) na necessidade de contribuição e enriquecimento do arcabouço teórico na ciência geográfica voltada para a questão da mulher inserida nas relações capitalistas de produção e na produção desigual do espaço dentro de um viés crítico.

No momento de realização da presente dissertação, a Pandemia, ainda em curso, chegou no Brasil em meio uma crise econômica e política, o que contribuiu para acentuar ainda mais os problemas do país, bem como dos brasileiros. Fatos como: alta taxas de desemprego, novas modalidades de contratação introduzidas pela reforma trabalhista, altos índices de emprego informal, denotam um modelo de acumulação desigual e excludente que se propaga pelo aumento da precariedade da vida na classe trabalhadora, notadamente para as mulheres.

O isolamento social impactou diretamente na vida dos brasileiros, sobretudo para as mulheres, que se viram atoladas pelo trabalho doméstico, além do *home office*, com o cuidado de crianças e idosos, sendo muitas vezes vítimas de algum tipo de violência¹. Portanto, para muitas mulheres brasileiras, o isolamento não era motivo de segurança, mas, ao contrário, significativa a ampliações das condições degradadas em que já estavam inseridas.

As técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram: revisão de literatura com autores que subsidiem essa abordagem, bem como leitura livros, dissertações e artigos; e levantamento de dados secundários em sites como DIEESE e IBGE/SIDRA. Após o processo de coleta de dados e informações a pesquisa seguiu no sentido de objetivá-las através da construção da síntese analítica, que evidencie as formas de produção e reprodução do trabalho feminino.

Nesse sentido, a presente pesquisa, ao tratar de trabalho feminino, debruçou-se sobre a leitura de autoras como: Helena Hirata, Socióloga que desenvolve

¹ Por dia doze mulheres são assassinadas no país, na maioria dos casos os agressores são o atual ou o ex-companheiro. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos (ACNUDH) o país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). O combate à violência de gênero é um desafio de toda sociedade, pois se trata de uma violência histórica e cultural. É preciso que se elaborem políticas públicas eficazes para que a vítima possa ser atendida e assistida por um certo período de enfrentamento desse tipo de violência.

importantes pesquisas sobre gênero; para a autora, o emprego feminino é, em todos os países, mais precário e instável que o emprego masculino e os estudos que abordam a temática de gênero têm contribuído significativamente para ampliar o conceito de trabalho, para além do trabalho profissional, restituindo a importância devida ao trabalho doméstico e ao trabalho exercido pelas mulheres no interior da família. Heleieth Saffioti defende que a única diferença entre homens e mulheres é a construção genética, as outras diferenças são construções sociais. Silvia Federici, defende que o sistema capitalista de produção cria a todo momento formas diferentes de exploração. Para ela, o trabalho não produtivo, sobretudo o trabalho não remunerado, realizado no ambiente doméstico, é um suporte necessário para o sistema do capital. Ela, juntamente com outras mulheres, foi uma das pioneiras a exigir um salário para o trabalho doméstico, nos anos 1979. Para atender os objetivos da presente pesquisa realizou-se uma revisão bibliográfica sobre trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho, fato que pode ser averiguado no trabalho de SAFFIOTI (2013); LOBO (1991); FEDERICI (2018); para compreender a produção do espaço em um sistema capitalista fundamentamos em LEFEBVRE (2006), e, por sua vez, em MARX (2008).

As questões abordadas nesta dissertação estão organizadas em quatro sessões. Na sessão 1, **“Introdução”** procuramos abordar o conteúdo da dissertação de forma geral. Na sessão 2, intitulada de **“A centralidade do trabalho e o trabalho feminino”**, abordamos a categoria trabalho, sua relevância para a compreensão da sociedade e as transformações que a classe trabalhadora vem sofrendo ao longo da história, dando destaque para a condição da mulher. Na sessão 3, intitulada de **“Trabalho feminino doméstico reprodutivo e a lei geral da acumulação capitalista”** abordamos a divisão sexual do trabalho e o quão significativo é o trabalho reprodutivo no processo de acumulação. Na sessão 4, intitulada de **“A condição do trabalho feminino na produção do espaço”** abordamos o papel específico que a mulher ocupa na divisão sexual do trabalho e a sua relevância para a produção do espaço.

SESSÃO 2 - A CENTRALIDADE DO TRABALHO E TRABALHO FEMININO

2.1 TRABALHO E CAPITALISMO

A centralidade do trabalho deve estar presente na reflexão sobre a produção do espaço. Além de central na constituição do ser social, é fundamental para se compreender o processo da produção, e também a reprodução, do homem e seu espaço social. É ainda a categoria que emerge como determinante para a gênese do sistema produtor de mercadorias, do modo de produção capitalista, enfim, do sistema do capital. Segundo Lessa e Tonet (2008, p.17). “por meio do trabalho, os homens e as mulheres não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos”. Para Lefebvre por meio da categoria trabalho torna-se possível examinar e compreender o capital, o Estado, o poder, a sociedade e as relações que se dão no espaço em processo de produção.

O trabalho, como mediador da relação indissociável entre sociedade e natureza, só pode ser concebido diante da totalidade das relações sociais em caráter dialético e contraditório. São por meio dessas relações, relações de produção da vida material e concreta, que Lefebvre (1973) afirma ser a realidade um processo constante e transitório, por isso histórico, mas também espacial.

A processualidade transitória própria da história e as formas possíveis de sua concretização por meio da ação no espaço só podem ser concebidas pela força objetiva-subjetiva, propriamente humana, do trabalho. Os homens e as mulheres, conforme define Marx, produzem sua história, sua realidade, ainda que sob condições alienantes. De um ponto de vista mais genérico, a produção da qual se intercalam a subjetividade e a objetividade do mundo “é um processo no qual participam o homem [e a mulher] e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008, p.211).

Essa mediação entre sociedade e natureza acontece de forma consciente (embora alienada ou não), é o que o diferencia das atividades desenvolvidas por outras formas de ser, pois envolve a intencionalidade. Percebe-se que “além de supor a sociabilidade e a universalidade, o trabalho implica um dado conhecimento da

natureza e a valoração dos objetos necessários ao seu desenvolvimento: aí é dada a gênese da consciência humana – como capacidade racional e valorativa” (BARROCO, 2005, p.27).

Segundo Marx (1989), ao final do processo de trabalho, têm-se um resultado que já foi previamente planejado pelo processo de trabalho, portanto houve uma pré-ideia do resultado sendo o produto do trabalho o próprio trabalho que se fixou em um objeto.

Assim, criam-se novas necessidades e produz-se a sociedade. O trabalho é uma categoria social pertencente ao humano enquanto sujeito social. Para Netto e Braz (2008), o trabalho é sempre uma atividade coletiva que se insere no conjunto de outros sujeitos, abrange tudo que está em sua volta e funda o ser social sendo o processo histórico pelo qual surgiu o ser social. Como observa Lessa (2007, p. 165), “o trabalho produz conteúdo material da riqueza de qualquer formação social, seja ela qual for”. Para Lefebvre (1973), a sociedade produz seu próprio espaço e nesse mesmo ambiente produzem e reproduzem suas relações sociais.

É no processo de trabalho que “o homem [e a mulher], valendo-se dos instrumentos ou meios adequados, transforma um objeto obedecendo a uma finalidade” (VÁZQUEZ, 1990, p.195). Conforme complementam Netto e Braz,

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho* (NETTO; BRAZ, 2006, p.30).

O que difere o trabalho das demais formas de mediação, ou interação com a natureza, é a intencionalidade. No capitalismo temos uma alteração na forma como ela se expressa na realidade: uma intencionalidade de segunda ordem se impõe como determinante, a da acumulação. Segundo Oliveira (1986), as relações de produção são relações sociais. No capitalismo, essas relações sociais se definem como aquelas em que os trabalhadores e trabalhadoras se encontram separados dos meios de produção, bem como de sua força de trabalho. A força de trabalho então é entendida aqui como uma condição necessária para a (re)produção do capital.

E para que o trabalhador e a trabalhadora possam empregar sua força de trabalho na produção de algo ou mesmo para que seja feita a transformação do dinheiro em capital, é necessário que o proprietário dos meios de produção encontre o trabalhador e a trabalhadora “livres”, não possuindo qualquer outra mercadoria para, assim, estarem disponíveis à venda apenas sua força produtiva. A força de trabalho deve ser “livre” em dois aspectos:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador [e a trabalhadora], que pode dela dispor a sua vontade; o trabalhador [e a trabalhadora] é então considerado o ator da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador [e a trabalhadora] não tem diante de si uma outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho pra viver, ou não a vende e morre. (GAUDEMAR, 1977. p. 189)

Segundo Gaudemar (1977), o capitalismo não surge com a existência de mercadorias, mas sim quando a própria força de trabalho se torna mercadoria; na verdade, a mercadoria mais importante do capital. O capitalismo surge quando o trabalho se torna força de trabalho ao transformar-se em mercadoria, fazendo com que, definitivamente, o seu valor de uso seja convertido em valor de troca.

A força de trabalho tem o poder de transformar os produtos em mercadorias através do tempo empregado na produção. Se cristaliza nelas através da quantidade da força de trabalho necessário à sua realização, mas apenas enquanto valor, ou seja, enquanto valor de troca. A produção de capital é “o processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de extorsão de trabalho não pago” (MARX, 2013, p. 132)

Na medida que a força de trabalho se torna mercadoria, e é vendida como tal, ela é empregada no processo de produção de outras mercadorias. Assim a força de trabalho precisa ser reparada fora do local de trabalho, ou seja, nos espaços de reprodução individual, familiar e coletivo.

A categoria trabalho, que se apresenta aqui como condição ontológica do ser e da existência do homem em sua relação com a natureza, possibilita uma melhor compreensão da sociedade regida sobre o modo de produção capitalista. O conceito de trabalho tem estado presente em diversos espaços de reflexões teóricas. E é uma importante categoria para se compreender a realidade, marcada pelo avanço da

barbárie, fundamental também para se compreender o processo da produção, e também a reprodução, do homem e da mulher em sua materialidade vivida, bem como do desenvolvimento das modernas e arcaicas relações de trabalho, inclusive as desigualdades entre homens e mulheres.

Ao se tratar de categoria, independente da área científica, é importante levar em consideração que através da sua aplicação decorre a interpretação de uma realidade, ou seja, a categoria cumpre seu papel desde quando ela consegue explicar uma realidade concreta da qual ela se originou. O trabalho, como categoria sociológica moderna, tem suas origens na ciência burguesa. Apesar de perpassar por outras áreas científicas, como a economia e a filosofia, foi através de Marx que essa categoria se estabeleceu presente nos debates evidenciando as contradições do mundo moderno. Além da produção de riqueza, o trabalho desenvolve função essencial no desenvolvimento da sociabilidade humana.

É em Marx, que através da teoria valor-trabalho surge com o objetivo de explicar o processo de alienação, já apontado por Hegel, mas a partir das relações materiais e concretas dos homens e mulheres que produzem socialmente a riqueza em um mundo regido pela apropriação privada dessa mesma riqueza. Um mundo em que o sujeito produtor, “livre” no mercado de trabalho para vender sua mão de obra, se reproduz no entorno cada vez maior de trabalhadores com menores salários, e com maior nível de precariedade.

A Geografia se encontra exatamente nessa conjunção, entre a capacidade produtiva das coisas existentes no mundo originada pelo trabalho humano; e no processo de apropriação desigual deste mesmo mundo produzido socialmente. Isso significa entender que os espaços construídos, as cidades, os campos produtivos e improdutivos, os centros, as periferias; os espaços em disputas, os territórios; os espaços organizados pelo Estado, pela tradição, pela cultura, as regiões; os espaços conservados pela indústria turística, ou como reserva de valor nas florestas tropicais, a “natureza”; os espaços produzidos pela industrialização, as cidades urbanas ou não; os objetos, as técnicas, etc. todas as formas de conceber o espaço na sociedade moderna não podem ser entendidos, senão como resultado do trabalho humano tomado em sua condição social (MENEZES, 2020. pag.11).

O trabalho é uma atividade produtora, produz espaços, sujeitos e sociedades, portanto, não pode ser definido como um conceito puro, pois é através do trabalho que o homem intervém e “domina” a natureza, utilizando-a segundo seus fins. Assim, deve-se considerar sua historicidade. Segundo Lefebvre (2006), no modo de produção capitalista, o processo de produção do espaço segue as mesmas características, desta maneira, a categoria em questão não apenas desvenda o valor da riqueza produzida pelo homem, mas se define como uma categoria universal que media a relação do homem e da mulher com a natureza.

E para que o trabalhador possa empregar sua força de trabalho na produção de algo ou mesmo para que seja feita a transformação do dinheiro em capital, é necessário que o proprietário dos meios de produção encontre o trabalhador livre, não possuindo qualquer outra mercadoria para assim estarem disponíveis para vender apenas sua força de trabalho.

2.2 - MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

No início do século XIX, a força humana era indispensável para o manuseio das máquinas. Após as sucessivas revoluções técnicas-industriais no século XX, com a introdução de novas tecnologias, rapidez na comunicação, houve a diminuição relativa do quantitativo do operariado fabril, já que as máquinas realizam diversas funções com rapidez e alto desempenho, mas nem por isso, o trabalho humano deixou de ser importante para a reprodução do sistema.

Mesmo que o progresso tecnológico esteja suficientemente desenvolvido para poupar trabalho, e conseqüentemente, diminuir a jornada, não é o que está ocorrendo. O que há, na realidade, é o aprofundamento da exploração do trabalho, como ficou demonstrado com o aumento da flexibilização do trabalho, em todas as suas variantes, o que serve para confirmar a importância do trabalho vivo, ainda hoje, no processo de criação de riqueza capitalista. (PRIEB, 2013, p. 25)

Acreditava-se que com o desenvolvimento da indústria e conseqüentemente a diminuição relativa do trabalho vivo para a produção de mercadorias, o homem teria um maior tempo livre para se dedicar a outras atividades. Porém, no capitalismo a

ampliação de tecnologias no processo produtivo, notadamente no quadro da acumulação flexível, resultou em “desqualificação do trabalho”, ampliação da informalidade, flexibilização, diminuição dos salários, aumento da extração de mais-valia e ampliação do “exército industrial de reserva”, devastação sem medidas dos recursos naturais, ampliação generalizada da exploração do trabalho. Como observa Lessa:

Além de sua função específica de há alguns anos, agora, sem sequer receber a mais por isso, executa também outras funções que, antes, eram destinadas aos “feitores”, “chefes de oficina”, “mestres”, “controladores”, etc. Esta transformação, ao invés de ser um sinal de emancipação do trabalho, é rigorosamente o oposto: uma forma ainda mais bárbara de exploração do trabalho pelo capital. (LESSA, 2007, p. 261).

O mercado de trabalho atual exige muito mais de seus funcionários que em tempos remotos, já que a atual classe trabalhadora mesmo contratada e sendo paga para realizar uma função deve estar apta a realizar tantas outras, deve ser um trabalhador funcional. O mercado de trabalho atual faz como que a mulher tenha um ingresso dependente das suas condições na vida privada, e de variáveis como raça, idade, escolaridade, ciclo da vida (filhos pequenos ou grandes) etc. Mesmo atualmente, a imagem de dona de casa e mãe costuma prevalecer sobre a imagem da vida pública. Além do tempo no trabalho na produção direta, deve continuar a dedicar-se às funções fora dele. Segundo Alves (2004), o tempo de vida se tornou extensão do trabalho, o espaço da empresa se ampliou para além do mercado de trabalho, graças às novas tecnologias que invadiram a vida doméstica. Nesses termos, também concorda Antunes: “Neste conturbado século, o desafio maior é dar sentido autoconstituente ao trabalho humano de modo a tornar a nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido” (2018, p.26).

A reestruturação produtiva teve início com a Terceira Revolução Industrial que significativamente estimulou a revolução tecnológica. A crise estrutural do capital em meados da década de 1970 e a crise do regime de acumulação fordista/taylorista tiveram papel fundamental nesse processo de renovação. Segundo Antunes (1999), a crise do capital foi decorrente da redução da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e conseqüentemente redução dos postos de

empregos, causando um desemprego estrutural. Nesse contexto, verificamos a diminuição relativa do operariado industrial e uma maior incorporação do trabalho feminino, especialmente em decorrência da ampliação do setor de serviços.

As transformações promovidas pela reestruturação produtiva e avanço do capitalismo tem contribuído intrinsecamente para o desemprego e uma crescente precarização e precariedade do trabalho. “É uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem [mulher] e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada” (ANTUNES, 2001 p.35)

No Brasil, o processo de reestruturação teve início na década de 1980 e acarretou em mudanças significativas no setor de transportes, de comunicação, de produção e sobretudo, na vida econômica e social. O processo de reestruturação produtiva do capital, que afetou e ainda tem afetado qualitativamente e quantitativamente a exploração do trabalho no processo produtivo, acaba repercutindo nas formas de organização e expressão territorial do trabalho na sociedade capitalista (CONCEIÇÃO, 2005).

A reestruturação se caracteriza por dois elementos importantes: na inovação tecnológica e a inovação organizacional. Harvey denomina esse mesmo processo de *regime de acumulação flexível* no qual se caracteriza:

Pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve várias mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY 2011, p.140).

A ampla concorrência e alta produção industrial contribuíram significativamente para a eclosão desse modelo que, atrelado ao processo de flexibilização das leis trabalhistas, causaram e causam transformações que alteram a configuração do mundo do trabalho.

Essas transformações decorrentes da ação produtiva atingem de maneira diferenciada cada lugar, que varia de acordo com a suas características. Assim, é possível afirmar que a flexibilidade, a precarização e precariedade, o número crescente dos trabalhadores informais no espaço urbano e rural, são fenômenos territoriais e expressões geográficas da dinâmica do trabalho.

Muitas alterações nas formas de produção e vivência foram observadas no campo e nos centros urbanos decorrentes da reestruturação produtiva. Dentre as consequências, tem-se uma alta o desemprego estrutural, principalmente na agricultura e na indústria, com a sua conseqüente modernização. Com a utilização cada vez maior de insumos tecnológicos na indústria e intensivos agrícolas no campo, a força de trabalho, sobretudo aquela que não necessita de maiores qualificações sofre uma intensa desvalorização. Alterando o processo de precarização do trabalho e do desemprego estrutural, pela produtividade e intensificação da exploração do trabalh. Nos grandes centros urbanos, isso leva ao crescimento das favelas, precariedade na obtenção de serviços públicos, desemprego e baixos salários provenientes de um grande número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho criando, assim, um imenso exército industrial de reserva.

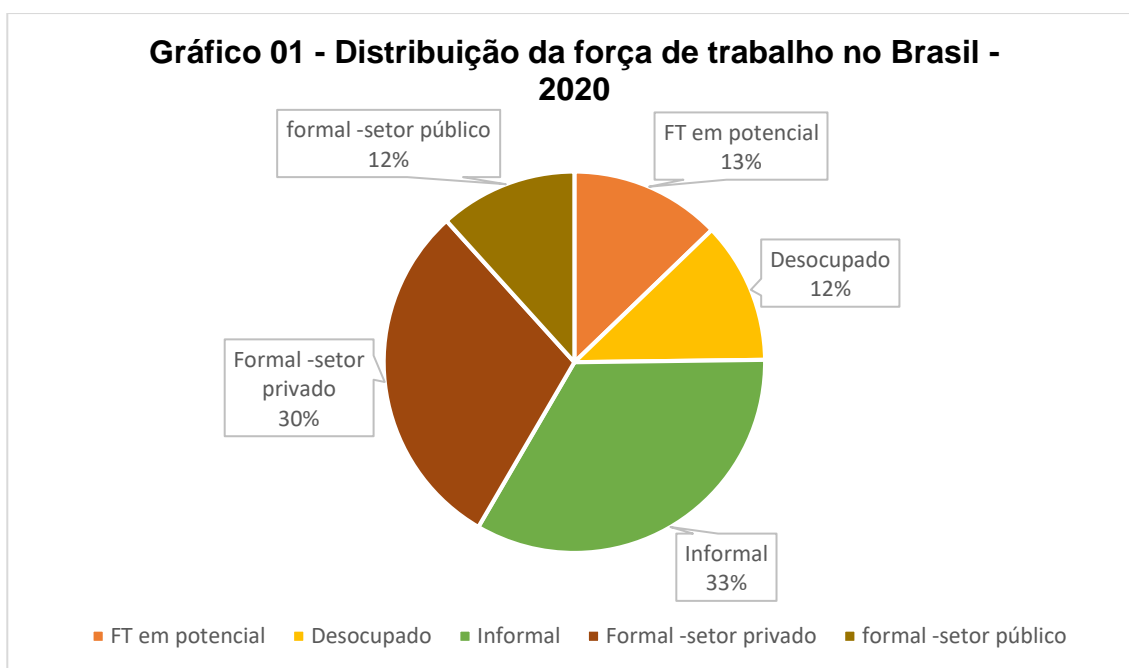
2.3 - FORÇA DE TRABALHO INFORMAL

Diante da impossibilidade do sistema em absorver grande parte da mão de obra disponível e inserir a camada de trabalhadores no mercado formal, temos no mundo e no Brasil a ampliação do trabalho informal, que foi e é estruturante na formação econômica e territorial do país. Trabalhos são recriados e grande parte dos trabalhadores sem alternativa se submetem às condições precárias em sua realização. Diante do desemprego, o trabalhador e a trabalhadora vão à busca de alguma atividade que lhe traga remuneração. Assim, a informalidade funciona, inicialmente depois estruturalmente, como uma atividade complementar na qual muitos trabalhadores e trabalhadoras tentam aumentar sua renda. Nessa complementariedade se envolvem em relações não produtivas, portanto, não geradoras de mais-valia, para nelas se reproduzirem enquanto indivíduos produzindo seus espaços de sobrevivência, na cidade ou no campo. No caso desses

trabalhadores e trabalhadoras investigados, o trabalho informal ou mesmo a produção na própria terra se tornam a principal fonte de renda.

[...] as características da informalidade no Brasil estão interligadas a problemas sociais como desigualdade e pobreza, uma vez que as pessoas que compõem a informalidade, em geral, são aquelas que não tiveram oportunidade de inserção no mercado formal (SANTOS, 2010, p. 17).

Como observado no gráfico abaixo, a força de trabalho empregada em tais condições é onde estão envolvidos a maior parcela dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil (IBGE, 2000).



O trabalho informal apesar de não garantir acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que sobrevivem na/da informalidade, ocupa um importante lugar na cadeia produtiva e na movimentação da economia. No gráfico observamos que mais da metade da força de trabalho brasileira está inserida em condições de informalidade ou na condição de

desempregada, nesse contingente de trabalhos informais se inserem também e sobretudo, as trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada.

A maioria dos trabalhadores que estão nessa condição não exercem essa função desde sempre, como também não foi resultado de livre e espontânea vontade, são funções desenvolvidas para atender uma demanda necessária naquele específico local e que permita à trabalhadora e trabalhador ter um retorno financeiro no atendimento dessa necessidade específica. A maioria dessas pessoas já teve uma profissão, mas, pelas condições da realidade dada do mercado de trabalho, deixaram de ser desempenhada. Essas pessoas estão disponíveis no mercado de trabalho e exercem ocupações sem horário e salário definido, mas que são organizados pelo sistema global do capital.

Diante dos altos índices de desemprego os números do exército industrial de reserva aumentam e o trabalho informal acaba por se tornar uma alternativa de reprodução de sua subsistência e isso se torna claro quando observamos a diminuição das taxas de emprego e aumento do trabalho informal na cidade e no campo

Nas grandes cidades os trabalhadores informais são vistos por todas as partes, nas ruas e nas calçadas vendendo uma variedade de produtos, o fato é que o número de trabalhadores informais não para de crescer. A informalidade se apresenta de diferentes formas. Autores que seguem a perspectiva marxista observam que o aumento da informalidade nada mais é do que um produto do metabolismo do capital, sendo produto da dinâmica capitalista. Um dos principais setores da informalidade é o campo do trabalho doméstico, tanto pelo fato de ter sido regulamentado há poucos tempos, tanto na condição de ser realizado por mulheres chefes de família que o realizam para complementar a renda do esposo e se submetem a diversas ocupações profissionais.

SESSÃO 3 - TRABALHO FEMININO DOMÉSTICO REPRODUTIVO E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

3.1 - Acumulação capitalista no tempo de trabalho reprodutivo

A importância do trabalho feminino para a acumulação capitalista é assim destacada por Federici:

Se começarmos olhando para nós mesmas, que, como mulheres, sabemos que o dia de trabalho para o capital não necessariamente resulta em pagamento, que não começa e termina nos portões das fábricas, acabaremos redescobrimo a natureza e o escopo do próprio trabalho doméstico. Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2018, p. 68).

O ponto mais fundamental dessa passagem acima destacada é o momento em que, segundo a autora, o trabalho feminino, tido como reprodutivo, produz, dialeticamente, a “mercadoria mais preciosa”: a força de trabalho. E assim o faz de duas formas: produz na gestação, parição, cuidado e preparação de futuros trabalhadores e trabalhadoras e na reprodução das relações de produção desse trabalhador em seu espaço vivido e disposto à exploração do capital.

Segundo Ferreira (2017), “O trabalho doméstico e de cuidados faz parte do desenvolvimento molecular do capitalismo nascente e de seu desenvolvimento histórico. Constitui-se em uma mediação fundamental para reprodução da economia capitalista” (FERREIRA, 2017 p.91).

A divisão sexual do trabalho mostra-se presente em toda sociedade e tem bases históricas e concretas de sustentação. Segundo Kergoat (2010), a divisão

sexual do trabalho apresenta duas concepções básicas: “o da separação de gênero, trabalho de homens e trabalho de mulheres; e o da hierarquização como se o trabalho do homem tivesse mais valor do que o da mulher”.

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Segundo Federici (2018), o uso do salário pelo capital também dificulta o reconhecimento da classe trabalhadora e mantém os trabalhadores fragmentados. Por meio da relação salarial, o capital institui mercados de trabalho diferenciados (um mercado de trabalho para negros, jovens, mulheres e homens brancos), e opõe uma “classe trabalhadora” a um proletariado “não trabalhador”, supostamente parasitário do trabalho da primeira.

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero dominação. (...) As práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são simultaneamente aproveitadas nas relações de trabalho propriamente capitalistas ou não, formais ou informais. (SOUZA-LOBO, 1991. P.173-174).

Segundo Hirata (1998) na sociedade capitalista as relações de classe e de gênero são estruturantes e se superpõem, tendo em vista que, os seus reflexos incidem desigualmente entre homens e mulheres nas práticas sociais, nas relações de trabalho e no âmbito familiar.

A submissão e a desigualdade de direitos entre homens e mulheres devem ser analisadas no âmbito família inseria no modo de produção e de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, pois nas sociedades pré-capitalistas a mulher era jurídica, social e politicamente inferior ao homem, porém representava um papel

econômico relevante. A Divisão Social e Hierárquica (e sexual) do trabalho na qual a mulher inserida, na divisão interna da classe trabalhadora, como a mais desvalorizada, assim ocorre por meio da marginalização do trabalho feminino.

A interiorização social do que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. (SAFFIOTI, 1976, pag.36).

O trabalho doméstico, por exemplo, caracteriza-se pela produção de valores de uso diretamente consumidos na reprodução dos sujeitos, especificamente pela família. Não podendo afirmar que esteja ele organizado em moldes capitalistas da produção, na medida em que não valoriza diretamente nenhum capital individual mas investido, a forma de inserção do trabalho feminino na complexidade produtiva desenvolvida pelo capital, em infraestrutura, estrutura e superestrutura, é fundamental para a produção social geral da mais-valia. Embora o fruto do seu trabalho não circule no mercado capitalista, a mulher desempenha função importantíssima na preservação do sistema do capital, na medida em que os serviços que presta, incidem diretamente na produção e na reprodução da força de trabalho, mercadoria imprescindível à reprodução do capital.

3.2 – Mais-valia e acumulação de capital

Para Marx, a lei geral da acumulação capitalista se resume na produção de proletários e proletárias, empregados(as) ou não, mas plenamente dispostos(as) ao emprego da exploração direta de capital. Em suas palavras: “Quanto maior for, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de

reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista*" (MARX, 1983, p. 209, grifo do autor).

Segundo Marx, à medida que aumenta os índices de riqueza social, à medida que o capital se expande, aumenta-se também proporcionalmente a força produtiva do proletariado, bem como o número de pessoas disponíveis no exército industrial de reserva, pois a força de trabalho e o capital se expandem pelo mesmo motivo.

Marx (1987) considera que a composição do capital deve ser analisada no aspecto do valor e do aspecto da matéria. No aspecto do valor deve ser analisado como capital constante e capital variável; e no aspecto da matéria se divide em meios de produção e força viva de trabalho. A primeira sendo denominada como composição do valor e a segunda como composição técnica do capital.

Conforme definido por Marx, o material de trabalho, ou seja, os materiais necessários à produção (maquinaria, matéria-prima, instrumentos de trabalho e insumos), não criam novos valores porque apenas transferem seus valores de uso, assim se chama capital constante. Já parte do capital convertida em força de trabalho, tem seu valor modificado no processo de produção porque cria novos valores, é denominado capital variável.

Para estudar o grau de exploração da força de trabalho de acordo com Marx, analisa-se que o capital = C decompõe-se em duas partes: uma soma em dinheiro = c gasta com os meios de produção, e outra v despendida com a força de trabalho; c representa a parte do valor que se transforma em capital constante e v a que se transforma em capital variável. Originalmente, portanto: $C = c + v$. No fim do processo de produção surge a mercadoria, com o valor = $(c + v) + m$, a mais valia.

Suponha-se que em uma jornada de 8 horas diárias um funcionário leve 3 horas para fabricar determinado valor em produto equivalente ao que recebe na forma de salário. Essas horas a mais de trabalho, no caso, 5 horas, se convertem em valor e é apropriada pelo capitalista. É o que Marx chama de mais-valia, ou seja, a apropriação do sobretrabalho que, depois da realização da venda das mercadorias produzidas por ela, se converte em lucro. A duração da jornada de trabalho que é estendida em relação ao salário que se mantém constante, chama-se mais-valia absoluta.

A mais-valia relativa diz respeito a produtividade do trabalho a cada hora, minuto, segundo em que o trabalho está se cristalizando em novas mercadorias, ou seja, está ligado a produtividade do trabalho aumentada pelo incremento de técnica e maquinaria cada vez mais moderna. Com o aumento da produtividade e ampliação do tempo de trabalho necessário se dá o processo de exploração e ampliação da mais-valia em todos os termos.

Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa à decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho (MARX, 2006, p. 366).

A mais-valia relativa se evidencia quando se amplia a produtividade do trabalho pela via da tecnificação, especialização, ou mesmo repetição de uma mesma tarefa a fim de reduzir o tempo para sua realização. O capitalista consegue aumentar sua produção através do excedente da força de trabalho e isso se dá de duas formas: através do prolongamento absoluto do tempo da jornada de trabalho e diminuição relativa do trabalho vivo. De acordo com Federici:

O salário dá a impressão de um negócio justo: você trabalha e é pago por isso, de forma que você e seu patrão ganham o que lhes é devido, quando, na realidade, o salário, em vez de ser o pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo o trabalho não pago que resulta no lucro” (FEDERICI, 2018, pág.42).

O lucro é a força motriz do modo capitalista, assim, as empresas só existem e só podem existir, se estiverem na sua razão de ser a objetividade do lucro; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem primordialmente na obtenção do lucro serão liquidados. Nos termos de Netto e Braz (2006):

O dinheiro, em si mesmo, não é capital; ele se converte em capital apenas quando compra força de trabalho e outras mercadorias para produzir novas mercadorias (novos valores de uso e de troca) que serão vendidos por mais dinheiro. Vê-se, pois, que o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos, ele só existe na medida em que subordina a força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através de coisas, dinheiro, objeto, mercadorias etc. é sempre uma relação social (NETO E BRAZ, pág. 108)

O trabalhador, durante uma parte do processo do trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários. O trabalhador produz num sistema que se fundamenta na divisão social do trabalho, não produz diretamente seus meios de subsistência, mas um valor. Marx (1988) chama de *tempo de trabalho necessário* a parte do dia de trabalho a qual sucede a reprodução de um novo valor relativo à manutenção do trabalhador. Na mais-valia é possível visualizar uma simples solidificação do *tempo de trabalho excedente*, onde esse é apropriado pelo dono dos meios de produção. Tanto o trabalho excedente, quanto o necessário, expressam-se de forma externalizada no mundo materializado pela lógica da mercadoria. A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital diretamente empregado na compra de salários. A taxa de mais-valia não pode ser confundida com a taxa de lucro, essa última representa pelos ganhos finais do capital total investido na produção, não apenas na força de trabalho (MARX, 1988).

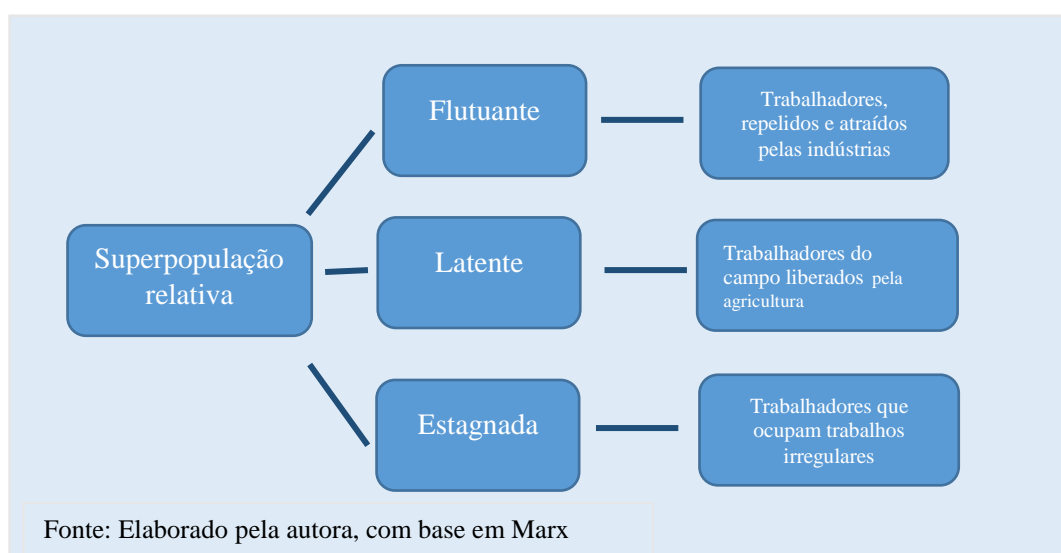
Para aumentar o valor do capital com a conversão de uma parte dele em força de trabalho, é necessário transformar a outra parte em meios de produção. Para funcionar o capital variável, precisa-se desembolsar capital constante em proporções adequadas e cada vez crescente (conforme se desenvolve os meios de produção), de acordo com a natureza técnica do processo de trabalho. É indiferente o valor, se assim ele se expressar em maior ou menor quantidade de materiais necessários à produção para o consumo produtivo do trabalho empregado, mas a tendência é que, para aumentar o lucro, deve-se aumentar a mais-valia, portanto produzir mais por menos, portanto aumentar a parte constante e detrimento da variável.

Marx esclarece que o número de postos de trabalho é definido pelo componente variável que se converte em massa de salários, e são tanto maiores quanto mais investimentos, ou, o que é mais interessante para o capital, quanto mais desvalorizados forem. O trabalho excedente, produzido pelas formas com que o capital exerce seu poder de espoliação pela propriedade privada e na configuração do espaço, é essencial para a manutenção dos seus sistemas. As trabalhadoras e trabalhadores que detêm essa força de trabalho excedente são condição necessária para o processo de acumulação, pois nada mais são que uma população à disposição para ser explorada pelo capital, o que garante um “estoque” perene de fonte de mais-valia.

O capital age de duas maneiras: aumentando a demanda por trabalho e a oferta de trabalhadoras e trabalhadores. Dessa forma, a camada proletária e proletários desempregados impõe aos empregados ativos um maior despendido de força de trabalho. Logo, quanto mais riqueza produzem, maior é o seu grau de precariedade

Marx (2013) considera que a população relativa se apresenta de três formas: flutuante latente e estagnada, conforme quadro abaixo.

Quadro 02- População relativa segundo Marx



As trabalhadoras e trabalhadores latentes corresponde a enorme população do campo que migram para as grandes metrópoles por conta do avanço da modernização da agricultura. Os flutuantes são as trabalhadoras e os trabalhadores que ficam móveis no mercado de trabalho, ora trabalhando, ora desempregados. A população estagnada é formada pela categoria de trabalhadoras e trabalhadores que ocupam trabalhos irregulares. Marx ainda denomina um outro grupo, o lumpemproletariado, esse ocupa a camada mais baixa da superpopulação relativa, formada por órfãos e filhos de indigentes e os “degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”.

Segundo Marx, o capital promove a todo instante formas de ajustar a força de trabalho de acordo com suas necessidades, assim, se tem a precariedade cada vez maior da trabalhadora e do trabalhador, sendo um fenômeno difícil de extinguir no

modo de produção capitalista, pois todos os meios para aumento da produção significam meios de dominação e exploração do trabalho.

3.3 - Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo na divisão sexual e hierárquica do trabalho

Para Marx (1989), o que demarca o surgimento da produção capitalista é a atividade de um grande número de trabalhadores dispostos e disponíveis, no mesmo espaço e tempo, com a finalidade de produzir uma forma historicamente específica de mercadoria. Esta, sobredeterminada pelo processo de valorização do capital, pressupõe a propriedade e o controle dos meios de produção pelo capitalista. Assim, entende-se que o parcelamento do trabalho e a introdução de técnicas no processo produtivo para a extração de mais-valia demarcam a gênese do capitalismo, ampliando a produção de mercadorias, bem como de mais-valia. No modo capitalista de produção o trabalho deixa de ser uma atividade vital para o ser humano e passa a ser uma mercadoria que produz o que o sistema determina. “O trabalhador [e a trabalhadora] se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta”, em poder e extensão, se tornando ele(a) mesmo uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria (MARX, 2011).

Segundo Marx, na medida que aumenta o processo de acumulação de capital aumenta-se também a quantidade de proletárias e proletários, situação essa que deveria corroborar para a melhoria das condições de trabalho, porém não é isso que se observa:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa (MARX, 1985, p.200).

O trabalho se torna um objeto do qual a trabalhadora e o trabalhador em sua maioria não conseguem se apossar. Só se torna força produtiva mediante o emprego pelo capitalista. Assim, quanto mais objetos são produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras, menos se pode possuir. O trabalho passa a ser um meio para a satisfação de uma necessidade externa à sua própria subjetividade, que dela passa a depender apenas como necessária à sua reprodução, sendo essa riqueza desapropriada de seus próprios produtores. “Quanto maiores a riqueza social, o

capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (MARX, 1985, p. 274).

Apesar do profundo debate que há em torno do tema, podemos entender que, segundo Marx, a alienação constitui-se em algo que se externaliza, objetivando-se e defrontando-se com seu próprio sujeito. Para Marx, o homem e a mulher é um ser de objetividade, o que te faz um ser de necessidades, as quais são suprimidas através do trabalho. A exteriorização se dá pelo fato de o trabalho não pertencer mais ao próprio trabalhador.

O trabalhador [e a trabalhadora] só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2004, p. 82-83).

Segundo Marx (2004), a alienação constitui-se em algo externo ao trabalhador e trabalhadora de tal forma que não seja possível se realizar na efetivação do trabalho, mas fora dele. A palavra trabalho tem sua origem na palavra latina *tripalium*, denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (*pallium*). Esses instrumentos eram utilizados por escravos e pobres destituídos de posse naquele período, daí decorre o sentido negativo da palavra. Porém, a palavra ganhou outras atribuições no decorrer da história, como na perspectiva marxista, em que o trabalho é compreendido como condição ontológica do ser humano, que acontece na mediação entre sociedade e natureza a qual fundamenta essa pesquisa. Ou mesmo no sentido genérico da palavra a qual atribuímos a aplicação de habilidades humanas com o objetivo de chegar a um determinado fim. No capitalismo, o trabalho deixa de ser uma atividade criativa e se transforma em uma mercadoria, esse tipo de trabalho é chamado pelo autor de trabalho alienado, a qual constitui-se a sua dimensão negativa.

No interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se

convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho [...]. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador [e da trabalhadora], seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. (MARX, 2013, p. 720-1).

A exteriorização se dá pelo fato de o trabalho não pertencer ao próprio trabalhador e trabalhadora. O trabalho pertence ao homem e a mulher somente como meio para satisfação de uma necessidade e um meio para sua existência. No modo de produção capitalista o trabalho é uma atividade que tem como principal característica ser substituído ou comercializado, por uma dada quantidade de dinheiro. Para o trabalhador e trabalhadora o sentido do seu trabalho se resume ao salário que receberá em troca e para o capitalista se resume pelas horas apropriadas, não pagas, do trabalho.

Como observa Marx (2014), a produção de capital envolve a propriedade privada dos meios de produção, insumos, instrumentos de trabalho e matérias-primas, dinheiro como investimento e mercado capitalista, mas sobretudo a disponibilidade e o emprego da força de trabalho. O trabalho feminino totalmente não pago, chamado “doméstico”, não se insere nessas etapas do processo produtivo direto da mercadoria. Também por isso, funções realizadas no processo de reprodução da sociabilidade capitalista, como a criação e a reprodução da família nuclear e dos inaptos aos trabalhos (crianças, idosos, inválidos, etc.), são consideradas atividades sem valor. No entanto, ainda que separada da objetividade direta da produção das mercadorias e da extração da mais-valia, o resultado desse trabalho totalmente não pago é, além de produzir a base fundante do microcosmo fundamental (a família nuclear) do capital, produz o que é seu mais essencial: a própria mercadoria força de trabalho.

Para Mészáros (2002), são nesses “microcosmos reprodutivos” que a totalidade universal do capital encontra capilaridade social equivalente. Se

reproduzem neles, sobretudo no núcleo patriarcal da família, as relações de disciplina, obediência, racionalidade e subjugação, também entre homens e mulheres, das quais as novas gerações da classe trabalhadora devem ser criadas e “educadas”. Tais relações “sociometabólicas do capital” do qual o trabalho feminino plenamente não pago deve se inserir não constituem apenas subjetividades, mas elas próprias se tornam forças objetivas da produção capitalista. Não se trata apenas de criar e cuidar de filhos, se trata de produzir e criar força de trabalho à exploração: obediente e integrada ao sistema produtivo. Portanto, ainda conforme o autor, nessa dimensão do microcosmo incide as denominadas “mediações de segunda ordem” em detrimento das mediações de “primeira ordem”.

Os sistemas de mediações de primeira ordem têm como objetivo a manutenção das funções vitais, suas necessidades imediatas, as quais não necessitam de relações de exploração para se realizarem. Nas mediações de primeira ordem os seres humanos são parte da natureza e sua sobrevivência está condicionada o processo de trabalho não alienado.

[...] trabalho é também uma atividade vital e omnilateral. Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato –, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato (ANTUNES, 2018, p. 26)

De acordo com Marx, o trabalho humano é indispensável para a reprodução capitalista, e nesse processo de acumulação muitos trabalhos são realizados de maneira precária. Para isso o sistema utiliza-se do trabalho alienado para induzir o trabalhador a se sujeitar as condições impostas pelo sistema, em que cada vez mais são criadas novas relações de trabalho.

As mediações de segunda ordem surgem com o capital e demarcam a introdução de elementos fetichizadores nas relações sociais e com a natureza. Se tonam por isso alienadas tendo no capital sua referência de primeira última instância.

Nas mediações de segunda ordem, ainda conforme Mészáros (2011, p. 180), a família nuclear serve, dentre outras coisas à:

A família nuclear, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado.

A óbvia necessidade de reprodução da vida entre homens e mulheres, conseqüentemente, da vida de seus filhos e velhos, e demais inaptos ao trabalho, está no plano das mediações de primeira ordem, mas uma necessidade de primeira ordem socialmente concebida. Isso significa que o dispêndio de energia humana gasto para a manutenção dessa necessidade de primeira ordem (e tantas outras) só pode ser admitido quando essas mesmas necessidades forem colocadas como as mais importantes para a sociedade. Na sociedade do capital, as mediações de segunda ordem, aquelas que dizem respeito à acumulação de capital, por isso, ao trabalho produtivo, são as mais importantes. Então o dispêndio de energia humana para a reprodução da vida em geral deve estar na estrutura hierárquica da produção social como as menos importantes e por isso, mais desvalorizadas, ou mesmo sem valor (para o capital). Reproduz-se no “microcosmo” da família nuclear a mesma estrutura de comando e dominação dos mais poderosos “macrocosmos” (os conglomerados multinacionais), a estrutura de poder e importância do trabalho de cada sujeito.

Portanto, se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o “macrocosmo” abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores “microestruturas” ou “microcosmos” da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de “família”. Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” *autônomo* (mas de maneira alguma *independente* da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 267-268).

O plano apenas formal que demarca a igualdade entre homens e mulheres, como descreve Mézáros, em nada equivale a desigualdade que se dá no plano real, notadamente, pelas formas de participação de homens e mulheres no processo de produção da história e, principalmente, do espaço social. A forma como homens e mulheres, vendedores de força de trabalho necessariamente desiguais, são concebidos na sociedade capitalista, é fundamental. A própria consideração do que é trabalho produtivo e trabalho improdutivo é uma determinação do capital. É trabalho produtivo aquele que produz mais-valia; é improdutivo aquele que não a produz. E essa consideração entra, obviamente em uma escala de importância que insere, também em níveis de desigualdade, trabalhadoras e trabalhadores classificados ainda pelo sexo, pela cor, pela origem, etc. A desvalorização da força de trabalho dessa estrutura hierárquica do trabalho é maior quanto mais negra, feminina e imigrante for ela, até o ponto dela nem ser mais considerada “trabalho”.

Nas análises marxistas há uma conceituação que distingue trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, o primeiro está diretamente ligado a extração de mais-valia e produz riquezas; o segundo está ligado ao setor de serviços e está relacionado a reprodução da força de trabalho. Esse último por muito tempo foi desprezado por ser considerado um trabalho que não gera valor.

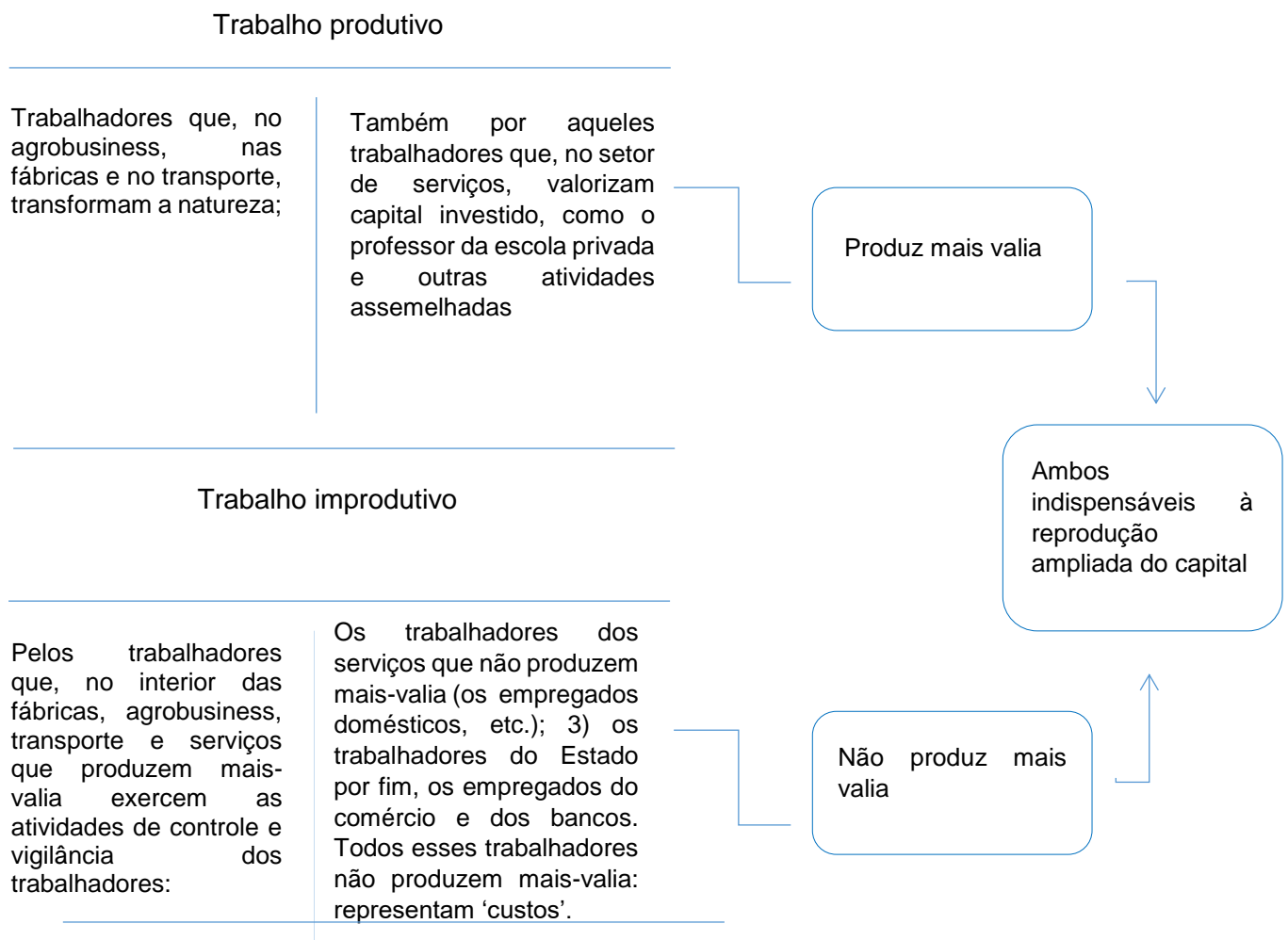
Segundo Alves (2013), nas famílias da Europa Ocidental no período pré-industrial as funções domésticas e o trabalho produtivo eram desenvolvidos em um mesmo ambiente, porém, homens e mulheres desenvolviam atividades diferentes de acordo com o sexo. Isso já revela uma dada divisão sexual do trabalho. Até o ponto em que o trabalho produtivo era realizado dentro do lar em consonância com o trabalho doméstico o lugar da mulher não se altera. Contudo, com o avanço do processo de industrialização há uma separação entre casa e local de trabalho. A divisão sexual do trabalho é caracterizada pela realização de atividades divergentes entre os sexos onde os homens são destinados a cadeia produtiva e a mulher a cadeia reprodutiva

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente

qualificados e capacitados para o ingresso no mundo do trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 1999, p.109).

Marx (1985) faz uma clara distinção entre trabalho e trabalho abstrato, esses se complementam, mas não são sinônimos, pois exercem funções ontologicamente distintas, sendo trabalho abstrato a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria cujo preço é o salário. Já o trabalho podendo também ser classificado como trabalho fundante diz respeito a relação do homem com a natureza, sendo condição ontológica pela qual a mulher e o homem se constroem e lançam bases para construção material da sociedade. O trabalho abstrato tem como subcategorias o trabalho produtivo e improdutivo o qual veremos a seguir.

Quadro 03 – Exemplificando o trabalho produtivo e improdutivo



É importante salientar que uma mesma função pode se configurar como trabalho produtivo ou improdutivo, a depender da sua função no processo acumulativo.

A trabalhadora e o trabalhador improdutivo são aqueles que exercem atividades consumidas como valor de uso e não está voltado para a produção de valores de troca, diferente do trabalho produtivo que é aquele que participa diretamente do processo de valorização do capital, produzindo assim mais valor, ou está diretamente ligado ao processo de autovalorização do capital.

O conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (ANTUNES, 2018, p. 47).

Mesmo não produzindo mais-valia o trabalho improdutivo é tão essencial para a reprodução do capital quanto o trabalho produtivo, mas exercem funções sociais diferentes.

As atividades domésticas realizadas sobretudo por mulheres, se enquadram nessa análise como trabalho reprodutivo. Saffioti (1978) afirma que o trabalho doméstico é uma atividade não capitalista que pode ser assalariada se desenvolvida em outro domicílio ou não assalariada se desenvolvido em âmbito familiar. Ou conforme Goldman assevera:

Lênin falou e escreveu repetidas vezes sobre a necessidade de socializar o trabalho doméstico, descrevendo-o como 'o mais improdutivo, o mais selvagem e o mais árduo trabalho que a mulher pode fazer'. Sem poupar adjetivos duros, escreveu que o trabalho doméstico banal esmaga e degrada a mulher, a amarra à cozinha e ao berçário onde ela desperdiça seu trabalho em uma azáfama barbaramente improdutivo, banal, torturante e atrofiante (GOLDMAN 2014, p. 23).

O trabalho doméstico realizado em sua maioria por mulheres é o que permite e fornece condições para que os membros da família realizem o trabalho produtivo e

também reprodutivo. Para Antunes (2018), a “classe que vive do trabalho” engloba a totalidade dos assalariados, mas os improdutivos constituem a maioria da classe trabalhadora. Ambos são necessários para o capital, porém, um produz mais-valia e outro não. Como observa Costa e Vieira,

O trabalho da empregada doméstica é pago com renda pessoal, não pode ser produtivo, pois a simples troca de dinheiro por trabalho não define tal caráter. Não é produtivo, ainda, pois, para ser, deveria produzir riqueza material ao mercado via trabalho não pago. As empregadas domésticas produzem serviços para o consumo imediato da família empregadora e não mercadorias que serão comercializadas (COSTA; VIEIRA, 2019, p 272).

Quando nos referimos a trabalho doméstico estamos tratando de um tipo de trabalho não remunerado que foi atribuído as mulheres como uma condição natural feminina. O capital obteve prosperidade ao vetar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo simplesmente em ato de subjetividade, “ato de amor”. Assim o fato de não ser remunerado corrobora para o fortalecimento da ideia disseminada pelo senso comum de que trabalho doméstico não é trabalho.

A relação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo ou reprodutivo, especialmente aqueles realizados por mulheres não remuneradas em suas funções domésticas, se estabelece no cotidiano e são complementares. O trabalho feminino reprodutivo, ao sustentar social e materialmente a disposição do trabalho masculino, permite sua condição produtiva; ao se efetivar como trabalho improdutivo, reproduz as relações de produção das quais se referem Lefebvre, como observado acima. Ao possibilitar a produtividade do trabalho dos homens, o trabalho reprodutivo das mulheres, conforme estruturado a generalidade da estrutura sexual e hierárquica do trabalho, só pode atuar na produção do espaço vivido. Isso significa que a complementariedade do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo está no fato de que, quando produtivo, produz mais-valia no espaço de produção, quando reprodutivo produz espaço na reprodução da vida.

Vejamos: se um homem sai de sua casa e tem uma jornada diária de trabalho, na certa, é porque existe alguém em sua residência que lhe fornece condições para isso, quer seja uma esposa cuidando dos filhos e da sua residência, ou mesmo uma trabalhadora doméstica que lhe possibilita chegar em casa em encontrar a casa em

condições habitáveis, vestuário em condições de uso, alimentos em condições de consumo, etc.

O trabalho reprodutivo, base da estrutura patriarcal que aprisiona a mulher, constitui-se numa forma necessária dentro dos interstícios da desvalorização de toda a classe trabalhadora. As mulheres estão assim no front da precariedade: são as mais vulneráveis à informalidade, aos empregos domésticos, ao trabalho sem garantias e desvalorizados, aos baixos salários, à dependência de políticas públicas compensatórias e assistenciais e, conseqüentemente, às menores taxas de sindicalização. (OLIVEIRA, 2020, p 05).

Na divisão sexual do trabalho historicamente o que se observa no seio da sociedade patriarcal é aprofundamento dessas desigualdades, tendo a força de trabalho feminina um nível de precariedade maior, quer seja no âmbito de realizações de funções para reprodução social, ou mesmo em atividades remuneradas. Precariedade essa que é intensificada na medida que as mulheres adentram o mercado de trabalho, pois acabam por acumular essas funções do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo na reprodução dos espaços de vida, do “microcosmo” do capital. Durante a Pandemia COVID-19 verificou-se a intensificação dos níveis de exploração, pois a mulher permanece mais tempo dentro dos lares aumentando sua sobrecarga e exploração.

É importante esclarecer que, ao dizer que o trabalho que realizamos no lar é uma produção capitalista, não estamos expressando um desejo de nos legitimarmos como parte das “forças produtivas” — em outras palavras, não é um recurso ao moralismo. Somente do ponto de vista capitalista é que ser produtiva é uma virtude moral, quando não um imperativo moral. Do ponto de vista da classe trabalhadora, ser produtiva simplesmente significa ser explorada. Como reconheceu Karl Marx, “ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar” (FREDERICCI 2018, pág. 71).

Desta forma, a condição improdutiva para a reprodução das relações produtivas exercida pelo trabalho feminino é uma objetividade própria do capital que se dão no espaço. Sua economia de dispêndio de custos impõe a desconsideração desse trabalho necessitar moralmente de remuneração, ao mesmo tempo em que deve conservar a moral patriarcal para justificar ela socialmente. A divisão sexual

hierárquica do trabalho completa o processo necessariamente desigual com que a mulher tenha suas funções subvalorizadas no trabalho produtivo e destituídas de valor no trabalho reprodutivo.

SESSÃO 04 – A CONDIÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

4.1 - TRABALHO FEMININO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A condição do trabalho feminino no modo de produção capitalista deve ser considerada a partir de quatro dimensões, como observa Safiotti (1973)²: da produção, da sexualidade, da reprodução e da socialização. Significa considerar que o papel da mulher sob o domínio do capitalismo não pode ser considerado apenas por sua função específica de trabalhadora assalariada diretamente ligada ao ato de produção das mercadorias, mas também à sua função para a reprodução de sua própria classe, a classe trabalhadora.

Ainda, conforme a autora, a relação entre produção (direta da mais-valia) pela exploração do trabalho assalariado feminino e a reprodução das relações capitalistas pela exploração do trabalho não pago das mulheres em funções domésticas, devem também ser relacionadas à condição do sexo e da sociabilidade. Se, por um lado, a condição do sexo é o que estabelece e regula a especificidade do trabalho feminino (o que ela faz em detrimento do homem) na sociedade, ao mesmo tempo é por meio dela que se estabelece a categoria específica dentro da classe trabalhadora, “as *trabalhadoras*”, na divisão hierárquica do trabalho (como categoria não merecedora dos mesmos salários dos homens). Por outro lado, a condição da socialização é a que define sua função no processo de parição e “socialização dos imaturos”, ou seja, na própria produção da força de trabalho pronta para ser disponibilizada à exploração do capital.

Essas quatro dimensões se relacionam dialeticamente de forma que sem uma delas, as outras não seriam possíveis. O movimento interdependente entre elas é condicionado pela produção geral do capital, já que a produção de mercadorias em si, com seus valores de uso e de troca, nada mais é do que uma forma historicamente específica da produção geral própria da sociedade capitalista, como nos termos de Marx. Desta forma, a condição do trabalho feminino, ao produzir mercadorias, ao produzir força de trabalho, ao (re)produzir a sociabilidade própria da produção de

² SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho Feminino e Capitalismo. IX Congresso f Ethnological and Anthrpological Sciences, Chicago, 1973.

mercadorias e ao se reproduzir enquanto tal, significa estar inserida na produção em geral. Conforme Safiotti (1973; p. 131):

A produção constitui, pois, o momento determinante, em última instância, da condição social da mulher, ainda que, aparentemente, os dados biológicos respondam, muitas vezes, pelas coordenadas particulares que regem a situação existencial dos contingentes femininos.

Na sociedade capitalista, a condição do trabalho feminino deve relacionar o fator sexo e a classe social. Se tratando das trabalhadoras, ao mesmo tempo em que a questão de gênero atua na integração das mulheres à produção geral, logo, a sua condição de classe, a questão social atua como uma forma de desintegração da mesma, porque a insere de forma desigual, conforme a hierarquia da divisão do trabalho. Dessa forma, compreende-se que a questão de gênero oferece condições fundamentais para a manutenção do sistema, se constituído como parte dele.

Não à toa, a condição da mulher na sociedade patriarcal exerce funções muito bem determinadas para o sistema. Da produção à reprodução, conforme varia nos diferentes padrões culturais, as mulheres atuam na determinação e na variação de diversos tipos de ocupações. Dessa forma, abarca todas as etapas do sistema.

As funções econômicas e sociais desempenhadas por homens e mulheres sofreram variações ao longo do tempo histórico, e a diferenciação na realização dessas funções sempre estiveram nítidas, de modo que os trabalhos femininos sempre estiveram subsumidos ao masculino. Ainda conforme Safiotti, o poder decisório do homem sempre esteve mais relacionado a uma questão da divisão da sociedade em classe do que a própria divisão em sexos. Desta forma, deixa evidente que a condição de classe entremeia à condição do sexo e da sociabilidade.

A força de trabalho da mulher sempre exerceu importância mesmo em sociedades pré-capitalistas. Evidente que a participação feminina no mundo do trabalho se deu de forma diferente da masculina, já que a sociedade fundamentada em bases patriarcais sempre situou a mulher numa condição inferior à do homem, sobretudo nas esferas políticas e jurídicas com demonstra a tabela abaixo.

Tabela 01- Participação das mulheres no legislativo brasileiro

| Ano | Câmara dos deputados | Senado Federal |
|------|----------------------|----------------|
| 1982 | 08 (1,5%) | 0 (0%) |
| 1986 | 26 (5,4%) | 0 (0%) |
| 1990 | 29 (6%) | 2 (6,0%) |
| 1994 | 32 (6%) | 4 (7,0%) |
| 1998 | 29 (5,7%) | 2 (7,0%) |
| 2002 | 42 (8,0%) | 8 (15%) |
| 2006 | 46 (9,0%) | 4 (15%) |
| 2010 | 45 (9,0%) | 7 (13%) |
| 2014 | 51 (9,9%) | 5 (18,5%) |

Fonte: www2.camara.leg.br

No Brasil, segundo o IBGE, o eleitorado feminino representa cerca de 52% do total, sendo 6 (seis) milhões de mulheres a mais que homens. Porém, a ocupação de cargos e a participação da mulher ainda é muito inferior a masculina. No ano de 2002 a participação feminina na câmara dos deputados correspondia a 8% e no Senado federal a 15%. Na tabela acima são observados o lento crescimento da participação feminina no legislativo brasileiro. Segundo a Organização das Nações Unidas do total de 193 países pesquisados o Brasil ocupa a posição 134 no *ranking* de representatividade feminina no congresso, número preocupante quando nos damos conta que a mulher compõe mais da metade do eleitorado. Quanto maior for a quantidade de mulheres que estiverem ativamente envolvidas no processo político, maior as chances de seus direitos serem criados/preservados e moldados com base em ideais que caminhem para a igualdade entre os sexos. No Brasil as mulheres só passaram a ter direito a voto em 1932, fato que interfere diretamente na participação feminina no legislativo brasileiro.

As mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar – o trabalho penoso e mecânico essencial para a família. As responsabilidades domésticas das mulheres impediam-nas de ingressar nos domínios públicos do trabalho, da política e das empreitadas criativas em pé de igualdade com os homens” (GOLDMAN, 2014, p. 21)

A marginalização do trabalho feminino se intensificou no modo de produção capitalista juntamente com a busca incansável pela produtividade do trabalho, que é uma característica desse modo de produção. A participação da mulher subordinada a

lógica do capital significou e significa uma alienação generalizada em todas as instâncias da vida material, da produção à reprodução. Conforme reforça Safiotti em sua tese:

O que se está defendendo, em síntese, é a tese de que o modo de produção capitalista, calcado na extração da mais valia relativa e, portanto, na busca incessante da elevação crescente da produtividade do trabalho, põe-se, ao longo da formação social econômica capitalista, como o momento histórico menos propiciador da atualização da dimensão econômica da *práxis* social típica deste regime de produção, não apenas, mas especialmente para as mulheres (SAFIOTTI, 1973, P. 132).

A condição produtiva do trabalho reprodutivo é essencial para o capital. Soma-se às questões produtivas e reprodutivas da sociedade capitalista, sua necessária divisão hierárquica e sexual do trabalho, pois é através dela que se esboça a dominação do capital sobre a classe trabalhadora em suas diferentes frações conflitando entre si no mercado de trabalho. Como observa Lefebvre, a produção capitalista precisa se reproduzir como modo de produção. E é no espaço que elas se dão.

4.2 – RE-PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TRABALHO FEMININO.

Para Lefebvre (2006)³, o conceito de espaço não pode ser concebido sem sua produção. A produção do espaço remete ao entendimento de que são relações específicas de produção que determinam sua história. O espaço, entendido sem o conceito de produção seria uma abstração bastante vazia e sem concreticidade histórica. Mas a produção do espaço no entendimento lefebvriano deve ser analisada, conforme observa Menezes (2018)⁴, a partir de três dimensões: “o espaço enquanto dimensão relacional, a natureza da dialética admitida e a centralidade do trabalho”.

³ LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

⁴ MENEZES, Sócrates. O Destino Da Crítica Geográfica E A Dialética Da Produção Social Do Espaço. In: O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria /Alexandrina Luz Conceição; José Danilo Santana Silva(organizadores). São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

Segundo Lefebvre, a dimensão relacional do espaço diz respeito à produção do espaço e de sua capacidade de “reagir” ao seu modo de produção. Portanto, ele não é apenas um elemento “neutro” da produção, mas também ativo. Para o autor, o espaço é um produto social resultado e pré-condição da produção da sociedade. O espaço não existe em “si mesmo”, ele é produzido e deve ser compreendido no contexto de uma sociedade específica. O espaço não é estático, portanto, inacabado, no qual participa constantemente de um processo de transformação. Ele não é somente o espelho, mas, continuamente, a representação das relações de produção.

Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. (LEFEBVRE, 2006 p. 105).

O homem e a mulher produzem a sociedade através da sua relação com a natureza, assim, cada sociedade tem uma particularidade. No modo de produção capitalista o espaço é transformado para atender as necessidades do sistema, sobretudo, para fins de acumulação, por onde também emanam suas contradições.

Podemos considerar que cada sociedade produz, no sentido mais amplo da criação, seu espaço de forma própria. E cada novo modo de produção se apropria do espaço já existente, às vezes lentamente, adaptando-se, e às vezes violentamente, o transformando. O que nos cabe entender aqui é a particularidade da produção do espaço na sociedade capitalista. Neste, o espaço é força produtiva e muito mais. Pode-se dizer, de outros momentos da história, que o homem altera o meio através da atividade que cria seu espaço em proporções sempre constantes. A produção do espaço serve à reprodução da vida, a intenção era perpetuar a sociedade ciclicamente em sucessivas gerações. Mas no capitalismo ele produz espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo também a reprodução das relações de trabalho (e de classe, a reprodução da força de trabalho, para sermos mais precisos) e a reprodução das relações sociais de produção. A sobrevivência que se busca agora é a do próprio capitalismo, não se trata mais, necessariamente da vida de seus *congêneres, mas da sobrevivência da sociedade abstratamente engendrada por um modo de produção.* (SANTANA; ALVARENGA, 2015, p. 06, grifos do autor)

Em sua atividade prática sensível perante o mundo, o sujeito atua sobre a natureza para atender as suas necessidades imediatas, modificando a sua própria

relação com a natureza e com a sociedade. Diferente do que era verificado em outros modos de produção, no capitalismo o espaço obedece a lógica da produção para fins de acumulação. Assim, é por meio dessa lógica que se produz espaço, sociedade e natureza. “Não há um espaço social, mas vários espaços sociais, e mesmo uma multiplicidade indefinida, da qual o termo ‘espaço social’ denota o conjunto não enumerável. Nenhum espaço desaparece no curso do crescimento e do desenvolvimento” (LEFEBVRE, 2006, p. 67). O capitalismo se apropria desses espaços condicionando-os a sua lógica de reprodução. Dessa forma esses espaços não podem ser concebidos separadamente, pois estão interligados no mesmo modo de produção, em outras palavras esses são dialeticamente separados para atender a lógica do capitalismo que seria a acumulação do capital.

A dimensão dialética proposta por Lefebvre sobre a produção do espaço diz respeito, na verdade, à uma “tridialética”. Lefebvre constrói sua teoria do espaço social fundamentando que o espaço é um produto social, resultado da produção da sociedade. Espaço seria então produto e ao mesmo tempo produtor, no qual participa ativamente da produção das relações de produção e do processo de reprodução do capital. O autor desenvolveu uma versão da dialética triádica, baseada em Hegel, Marx e Nietzsche. Assim, divide o espaço em três dimensões: a “prática espacial”, a “representações do espaço” e os “espaços de representação”

Como reflete Schmid (2012) sobre a tridialética lefebvriana, a prática espacial representa a dimensão material da atividade e interação social. É a dimensão vivida, cotidiana, dos “usuários” do espaço, que se dá por meio das redes de interação e comunicação estabelecidas no dia a dia (por exemplo, a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca). A representação do espaço refere-se ao concebido, racionalizado, normatizado, pelos administradores e planejadores. Envolve disciplinas e cientistas responsáveis por essa representação. Os espaços de representação referem-se a dimensão da produção a simbólica. É a dimensão do espaço que se coloca, que se “impõe”, para as pessoas. Inversamente, é o objeto “olhando” para o sujeito. É, por isso, o espaço percebido: uma árvore, um prédio, um monumento, ou a combinação dos mesmos em uma “paisagem”. “A tridialética da produção do espaço é, ao mesmo tempo, individual e social; não é somente constitutiva da autoprodução do homem, mas da autoprodução da sociedade”. (SCHIMID, 2012, p.11).

Desta forma, o conceito de produção imbricado na produção do espaço, ao menos na perspectiva lefebvriana, se amplia para além da produção da mercadoria em sua forma cristalizada para a produção da realidade concreta como um todo (que, por sua vez, segue a lógica da mercadoria). O espaço é concreto, mas uma concreticidade generalizável, apenas porque corresponde a um modo de produção concreto e historicamente específico (capitalismo), por isso limitado, mas que se generaliza como a forma de produzir em geral já que domina ou subjaz as demais relações de produção. Ainda assim, mesmo diante dessa concepção ampliada de produção, o trabalho é o elemento central dela.

Conforme observa Godoy (2008, p. 126)⁵, “embora o conceito de produção implique necessariamente em realização efetiva de trabalho, este se apresenta muito mais decisivo para a fundamentação da concepção sobre a ‘produção do espaço’, do que o próprio conceito de produção”.

Como não pode haver produção sem trabalho, da mesma forma que a produção não poderia se manter sem as relações de reprodução, a necessidade de considerar o papel da mulher nesse processo é fundamental. O próprio Lefebvre observará como que essas relações “escondidas” estão, na verdade, sustentando as próprias relações dominantes de produção. Em citação longa, mas importante, reflete Lefebvre (1973; p. 24-25)⁶:

Esta sociedade, em que a reprodução (das relações) constitui o processo central e escondido, rejeita toda a espécie de grupos constituintes de vida social: a juventude (crianças, adolescentes, «jovens»), as mulheres, os «estrangeiros», «os dos arredores», os periféricos. De onde as dificuldades crescentes (e que crescem com o próprio crescimento) da «socialização dos indivíduos» — isto vem desnudar uma contradição específica desta sociedade: a contradição entre a *expulsão* (para as periferias espaciais, mentais, sociais, de grupos inteiros) e a «*integração*» (que permanece simbólica, abstracta, «cultural»), Esta contradição não se lê imediatamente, decifra-o. Tais inversões do racial (para o submeter ao político e ao económico) não podem deixar de perturbar as «consciências de si», não podem deixar de se traduzir por ideologias surpreendentes.

⁵ GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Produção Do Espaço: Uma Reaproximação Conceitual Da Perspectiva Lefebvriana. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 23, pp. 125 - 132, 2008

⁶ LEFEBVRE, Henri. A Re-Produção das Relações de Produção. Publicações Escorpião; Porto, 1973.

No caso específico das mulheres, a suposta exclusão a que estão submetidas não é nada mais do que um processo de inserção desigual. O trabalho feminino é excluído apenas para que seja naturalizável sua condição subjugada. Por muitas vezes, essa relação se passa como cultural.

Neste sentido, diferentes “padrões” históricos, sociais, econômicos e culturais estabelecem condições para a atuação do trabalho feminino na organização da sociedade. No Brasil, o processo histórico de colonização dirigida pelos europeus deixou marcas profundas no processo de formação territorial fundada numa determinada divisão social, sexual e hierárquica do trabalho. Todavia, antes mesmo da chegada dos portugueses, já se evidenciava uma forma de divisão do trabalho onde os homens desempenhavam determinadas atividades. Nas comunidades primitivas a tradição e o costume eram suficientes para organizar a vida social.

Segundo Nisbet (1982), o papel social da mulher passou a ser alterado a partir do momento que os humanos deixaram de ser nômades e passaram a instituir a propriedade da terra. Mesmo em sociedades pré-capitalistas a figura feminina já desempenhava papel fundamental.

Em todos os modos de produção pré-capitalistas o papel da mulher era também específico. Porém, devido às limitações próprias dessas sociedades em desenvolver seus meios de produção, colocou-se em enorme desvantagem frente ao capitalismo, sendo revolucionadas/destruídas na medida em que a burguesia se expandia e dominava o planeta (LESSA; TONET, 2008).

O desempenho de atividades exercidas por homens e mulheres diferenciam-se na função e na importância de acordo com as etapas na formação social econômica da sociedade capitalista (SAFIOTTI 1973, pág. 132)

Mesmo compondo a classe trabalhadora, na sociedade capitalista e patriarcal a missão que era (e ainda é) dada a mulher consiste no matrimônio e na maternidade, de maneira que essa ideia a “conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectiva de promoção” (SAFFIOTI, 2013, p. 95).

No plano subjetivo e material, evidencia-se que as mulheres além de sujeitas a um mecanismo de uma sociedade patriarcal⁷ também está sujeita aos mecanismos do capital.

Embora, muitas vezes, seja sutil e de difícil percepção, há uma correlação altamente racional de critérios irracionais para a legitimação da ordem social vigente. Deste modo, a formação social econômica capitalista configura-se como aquela que, por haver desnudado o fundamento econômico de si própria, necessita construir a mais ampla e bem elaborada capa sob a qual ocultar as injustiças sociais (SAFIOTTI 1973. p. 150)

Para o sistema do capital é essencial a manutenção de formas tradicionais de opressão, desde quando elas significam relações que conservam a forma exploratória que se dá à produção de mercadorias. Nos mesmos pressupostos, são também conservados a estrutura das desigualdades sociais e de gênero.

Segundo Safiotti, “a participação crescente da força de trabalho feminina na estrutura ocupacional das sociedades capitalistas não representa senão um subaproveitamento desta mão-de-obra em relação aos modos de produção historicamente anteriores” (SAFIOTTI 1973; p. 151). Em países “desenvolvidos” as mulheres estão gradualmente se envolvendo mais em funções produtivas, já que muitos trabalhos reprodutivos ficam destinados a mulheres imigrantes (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 602).

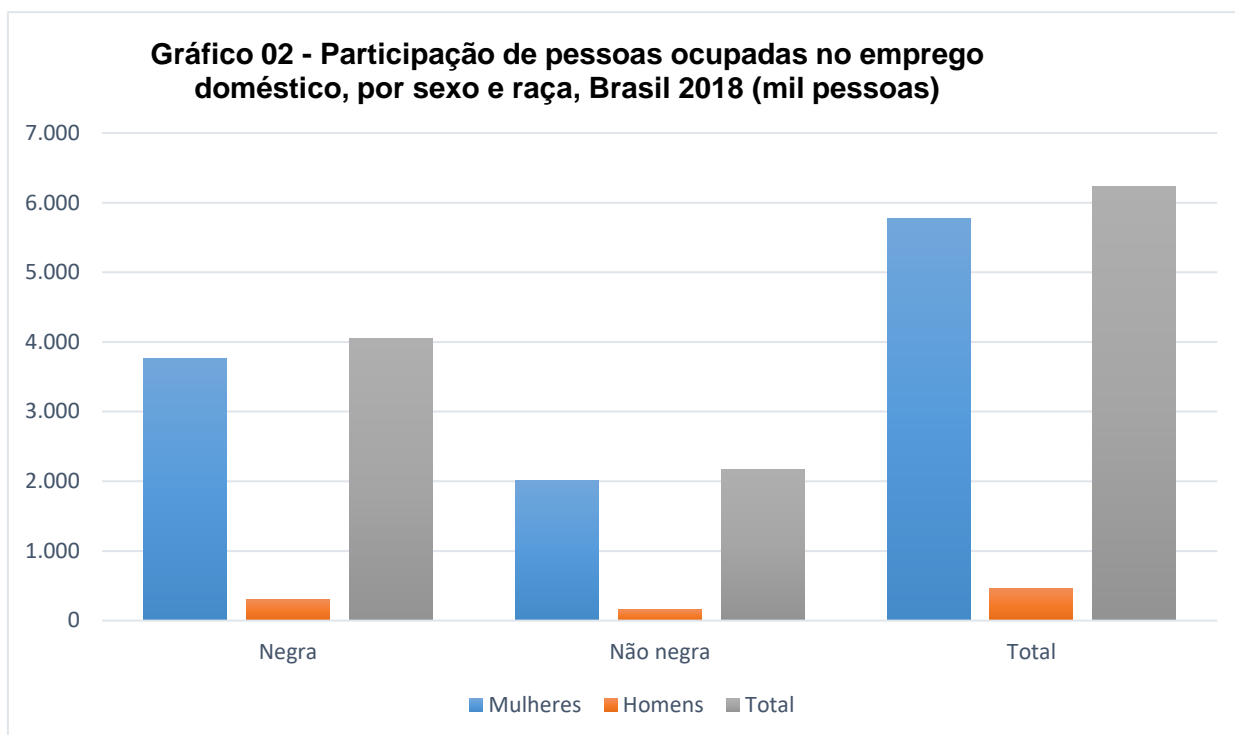
De outra parte, nas áreas subdesenvolvidas em geral, e especialmente nas nações latino-americanas, o complexo cultural do machismo, vigendo ostensivamente, expõe mais cruamente a posição subalterna da mulher. Isto não significa, de modo algum, que o comportamento do machão seja o responsável pela reduzida participação feminina na população economicamente ativa destes países, mas sim que as técnicas de dominação das mulheres e as justificativas de sua expulsão do mercado de trabalho são mais rudes e menos refinadas que nas nações desenvolvidas (SAFIOTTI, 1973; p. 154).

⁷ Segundo Saffioti (2004), o patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo e “refere-se a milênios da história mais próxima, período no qual se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina.” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). O Patriarcado é um dos mais antigos sistemas de dominação/exploração. Porém, não é o único, como ele temos o racismo e a atuação desses sistemas de dominação se expressam em vários aspectos da vida cotidiana.

Aqui se reproduz dentro da própria classe trabalhadora e entre as mulheres outros níveis ainda mais desiguais da estrutura hierárquica do trabalho. Nessa estrutura, mulheres imigrantes e negras subjaz na base mais estrutural, por isso mais subvalorizada e explorada, da classe. Isso define, regulamenta, racionaliza e sustenta todas as demais desigualdades entre as diferentes frações da classe trabalhadora que completam sua estrutura hierárquica: mais masculina e branca quanto mais alta é sua posição.

O capital herda e utiliza de diversas formas para a manutenção da exploração do trabalho por meio de sua estrutura hierárquica: sexo, força física, idade, cor da pele, são maneiras de estruturar desigualmente e fragmentar politicamente a classe trabalhadora. No entanto, a figura feminina ainda é mais subvalorizada, pois além de sofrer com a exploração do trabalho ainda vive com as consequências de viver em uma sociedade patriarcal. No sistema capitalista, o espaço da mulher é muito bem determinado, pois nada mais são, para o capital, que instrumentos utilizados para reforçar a opressão e exploração da classe.

O espaço é a dimensão por onde essa estrutura desigual se concretiza, mas é também resultado dela. A periferia urbana, que sustenta a disposição subordinada do trabalho em franco processo de barateamento nas cidades, não teria sustento se não considerar o trabalho não pago das mulheres. Ainda mais negra e feminina, mais desvalorizado é a massa geral dessa força de trabalho se reproduzindo nesses espaços que pressionam para baixo, quanto maior ela for, o valor médio dos salários.



Fonte: IBGE, PnadC – 2018
Elaborado pela autora

No gráfico acima fica evidente que o emprego doméstico é realizado em sua maioria por mulheres negras, esse fato está relacionado a conjuntura de ser uma atividade historicamente preterida às mulheres e às raças marginalizadas no processo histórico.

Ainda assim, do ponto de vista da reprodução do espaço, a mulher deve exercer em contrapartida à opressão que, agora, não é mais apenas patriarcal no sentido histórico, *lato sensu*, mas também no sentido *stricto sensu* da especificamente histórica do capitalismo, na medida em que:

Nesta elaboração cooperam já os grupos parciais e diferenciais sobretudo os que o poder central rejeita para as periferias mentais, sociais, espaciais: as mulheres, os jovens, «os desfavorecidos». Se as periferias são impotentes, se estão destinadas isoladamente às revoltas locais e pontuais, não deixam por isso de ter a possibilidade de transbordar os centros, a partir do momento em que estes são abalados. Se o projecto não se pode elaborar, ou se não possui nenhuma eficácia, é porque os factos ditos sociais escapam ao pensamento e à acção, porque consistem apenas em acasos e necessidades igualmente cegos, em fluxos e refluxos. Alguns traços bastam para determinar negativamente o projecto, distinguindo-o dos «programas» políticos, mas, sobretudo, designando o lugar das

elaborações e dos esforços práticos em direcção a uma transformação radical na vida urbana e na quotidianidade (LEFEBVRE, 1973; p. 39).

A centralidade do trabalho feminino nos espaços de reprodução assim se torna decisiva porque, em seu processo de produção empreendido pelo capital, está envolto em todas suas dimensões, ainda que de forma não reconhecida. A produção direta do capital pela exploração direta do trabalho feminino em troca dos menores salários, dada sua condição de sexualidade como “justificação” antecipada, também de sua função reprodutiva, dada sua capacidade socialmente designada pela parição e socialização a própria classe trabalhadora por meio da produção e criação de suas novas gerações, coloca-a em posição determinante à manutenção da produção pelos seus meios próprios. Ainda conforme Lefebvre (1973; p. 49):

Em que consistem estes *meios*? Primeiramente em forças produtivas, a saber, os próprios *trabalhadores* e os seus instrumentos de trabalho. Os trabalhadores têm de re-produzir-se: ter filhos, alimentá-los, educá-los, torná-los capazes, por sua vez, de trabalhar, podendo assim um crescimento demográfico acompanhar o das forças produtivas.

A mulher determinada pela sexualidade submissa decorrente do poder patriarcal se converte, dessa forma, em força produtiva que, por sua vez, atua no espaço. A relação de poder herdada ou reproduzida no seio da sociedade capitalista não é, assim, anacrônica. As relações de reprodução estão nessas esferas, na esfera do poder. Elas são forças produtivas que se dão por meio de forças "coercitivas" (como é o machismo, o sexismo, o domínio contra a mulher) e tem como função manter as coisas como elas são, em ordem (burguesa), para o bem da manutenção da produção capitalista. Elas se dão, conforme as precisas palavras de Lefebvre (1973; p. 56):

A família corresponde à empresa. O pai é também o patrão, e vice-versa; a paternidade, pela gestão do património, por meio da autoridade e do poder, corresponde à propriedade capitalista dos meios de produção; a mulher, os filhos, os empregados domésticos, são, portanto, simultaneamente explorados e dominados. Wilhelm Reich não vê na família burguesa uma consequência, uma «mímesis» (imitação) da sociedade global capitalista. Ele inverte esta perspectiva: no «lar» familiar entrevê o centro onde se produzem e reproduzem as relações globais. É uma tese que não recua perante algumas extrapolações (visto que passa de ânimo leve por cima da teoria da

mais-valia e do sobreproduto social), mas que tem o mérito de equacionar, em toda a sua extensão, o problema fundamental. As gerações passam; os homens mudam; as relações «estruturais» permanecem. Como é que isso é possível? Onde se produz a reprodução?

A reprodução “molecular” da empresa capitalista no seio da reprodução da família patriarcal deve, não de outra forma, encontrar no processo de trabalho submetido à mulher sua mais fiel função; como ossificações de um suposto passado que devem sustentar e manter ativo “cérebro, músculos e nervos humanos” (MARX, 1983) para a produção.

4.3 - A POSIÇÃO DA MULHER NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A questão de gênero se constitui um importante foco para a análise que revelam os paradigmas históricos e culturais propriamente patriarcais. Além disso, também induz a reflexão sobre as formas de inserção da mulher na constituição da família e nas relações de trabalho. A desigualdade de gênero faz parte de um problema estrutural decorrente do processo histórico e social na formação das sociedades patriarcais, especialmente na moderna sociedade capitalista, que acabou por reforçar as desigualdades entre os sexos. Mas a condição de classe em que a mulher se insere nas relações de reprodução e produção nesta mesma sociedade, por outro lado, requalifica o próprio debate de gênero, incorporando a ele a totalidade material e concreta com que a mulher medeia sua relação com o mundo por meio das especificidades com que seu trabalho é inserido no mundo das mercadorias.

Na sociedade capitalista tudo tende a tornar-se mercadoria. As mulheres e sua capacidade produtiva, como força de trabalho disponível no mercado, exerce, como observado acima, trabalho produtivo/improdutivo e trabalho reprodutivo. Ambos são igualmente importantes para a manutenção da exploração geral da mais-valia, como nos termos de Marx. Os trabalhos reprodutivos, embora encarados como não-trabalhos, pois tidos como “trabalhos domésticos”, produzem a classe trabalhadora (na gestação e inserção das novas gerações da classe) e a sociabilidade própria da mercadoria: relações de dominação e subsunção das diferentes categorias da classe

trabalhadora em funções sociais fundamentais, mas não dignas da remuneração, o que as exclui do processo de distribuição da riqueza produzida.

A inserção da mulher no processo produtivo, por meio do mercado de trabalho propriamente capitalista, se deu efetivamente na revolução industrial. A mudança de organização do trabalho na manufatura e a inserção da maquinaria na grande indústria significou também a “simplificação” do ato produtivo que permitiu a inserção, além do trabalho infantil, o trabalho feminino. A desigualdade de gênero intensifica e completa sua inserção estruturalmente desigual e ainda mais explorada, pois significava ao mesmo tempo explorar mais por menos sob justificativa socialmente estabelecida, dada a desigualdade hierárquica do trabalho entre os homens (brancos e europeus) e as outras camadas da classe. Em momentos marcantes, como nas I e II Guerras Mundiais, quando as mulheres ficavam responsáveis pelo provimento das famílias, assumindo os postos de trabalho, ainda assim eram aos homens (que iam para as batalhas) o reconhecimento de sua posição de importância social.

A modernidade é assim marcada pela estruturação desigual que fundamenta estruturalmente a forma como homens e mulheres produzem e reproduzem sua realidade. Mesmo na emergência de uma sociedade dita “pós-moderna”, os dilemas que dizem respeito à questão de gênero perpassam por essas mesmas condições materiais com que as mulheres lidam com seu mundo, apesar dos avanços conquistados pelos movimentos das mulheres contra essas desigualdades que se mostram estruturais.

Naqueles tempos da Revolução Industrial em que a mão de obra feminina passa estar mais presente nos espaços produtivos, sua inserção se deu de forma intensa e qualitativamente desigual. Como analisou Hobsbawm (2000) sobre a inserção necessária e desigual do trabalho feminino nas fábricas da Inglaterra em 1938, 23% dos operários eram do sexo masculino e 77% se constituía de crianças e mulheres. Para Saffioti, significava que desde então a mão de obra feminina e infantil apresentava vantagens como pequenos custos para a organização

Na fase de implantação do capitalismo, o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: de homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital, nesta fase, não apenas elimina

menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque haja a nova sociedade subvertida a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (SAFFIOTI, 1976, p.38).

A Revolução Industrial trouxe mudanças significativas nas formas de produção, pois a introdução de máquinas desqualificou o trabalho humano permitindo assim que qualquer pessoa com o menor nível de destreza fosse capaz de manusear o maquinário. Nas fábricas não se tinham condições de trabalho adequadas, os locais eram úmidos e quentes, condições insalubres a jornada de trabalho era exaustiva e os salários baixos. “A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa” (SAFFIOTI, 1976, p.36). O trabalhador e a trabalhadora se submetiam a esses trabalhos mesmo diante dessas condições, pois tinha medo de perder seus salários diante do alto índice de desemprego que assolava as condições de vida.

Ao mudar a forma de consumo de energia da pura força muscular para formas potenciadas agora pela virtualidade da técnica da máquina, o capital eleva necessariamente sua composição orgânica, destrói outros capitais, concentra-se, produz outro trabalhador e produz uma nova população para o capital. A esse processo estão intimamente ligados a educação e o treinamento da própria classe trabalhadora e seu nível de saúde (OLIVEIRA, 1984, p. 154).

Nesse contexto, o trabalho feminino adentrou na fábrica apesar dele já exercer uma significativa importância na fase anterior da manufatura. O capital “descobriu”, ou melhor, “produziu”, uma população nova para ser explorada por meio da modernização da produção e ampliação da miséria social. Essa ampliação da mão de obra disponível fez com que o capitalismo intensificasse a acumulação de capital e consolidasse o sistema. O trabalho realizado por mulheres e crianças era o que possuía a menor remuneração e advinha sobretudo das camadas mais pobres da população. Sobre essa situação Mantoux salienta:

Consistia ela na contratação maciça de mulheres e, principalmente, de crianças. O trabalho nas fiações era fácil de aprender, exigia muito pouca força muscular. Para algumas operações, o pequeno porte das

crianças e a finura de seus dedos faziam delas os melhores auxiliares das máquinas. Eram preferidas ainda por outras razões, mais decisivas. Sua fraqueza era a garantia de sua docilidade: podiam ser reduzidas, sem muito esforço, a um estado de obediência passiva, ao qual os homens feitos não deixavam facilmente dobrar. (MANTOUX (1989), s/d, p. 418-419).

Sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, Engels (2008) relata a condição de mulheres e crianças exercendo uma carga horária em torno de 13 horas diárias, o que contribuiu para o aumento da mortalidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, especialmente entre crianças naquele mesmo período. Mulheres grávidas retornavam para as fabricas três meses após ganharem o bebê, deixando muitas vezes a criança aos cuidados de outro filho mais velho, assim os mesmos não recebiam os cuidados e nem a alimentação adequada. Nestes termos, observa Bruchine (1995, p. 75).

O trabalho feminino não depende tão somente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, a sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família etc. e a necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres desingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

Hobsbawn (2004) enfatiza que a Revolução Francesa (1789) deu início a uma nova imagem da função da mulher na sociedade. Aquelas que se aventuravam trabalhar fora de casa eram vistas com preconceito pela sociedade, para as mulheres ficavam reservados os serviços domésticos e o cuidado para com a família. Desde cedo a mulher era preparada para exercer a função de ser uma boa esposa, subordinada ao marido, essa era a principal ideologia disseminada por homens e mulheres da época. Esse quadro, mesmo depois de intensas revoluções em empreendimentos de lutas femininas se mantém presente, pois se mostram evidentemente estruturais.

Se mostram estruturais pois, segundo Hirata (1998), na sociedade capitalista as relações de classe e de gênero são fundamentais e se superpõem. Tendo em vista que, os seus reflexos incidem desigualmente entre homens e mulheres nas práticas

sociais, nas relações de trabalho e no âmbito familiar, a preservação das desigualdades entre homens e mulheres, embora não originárias da sociedade capitalista, reproduz no “microcosmo” do capital, a família (MÉSZÁROS, 2011), suas relações de propriedade e dominação. Ela entra assim na vida comum, no cotidiano, por onde o espaço tem sua dimensão reprodutiva, se naturalizando como relações sociais “normais”.

Toledo (2008) afirma que o trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado pela mulher no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais. O espaço reprodutivo deixa as mulheres alheias ao aprimoramento do desenvolvimento intelectual e artístico e a participação na produção da riqueza material da sociedade e nas decisões do poder.

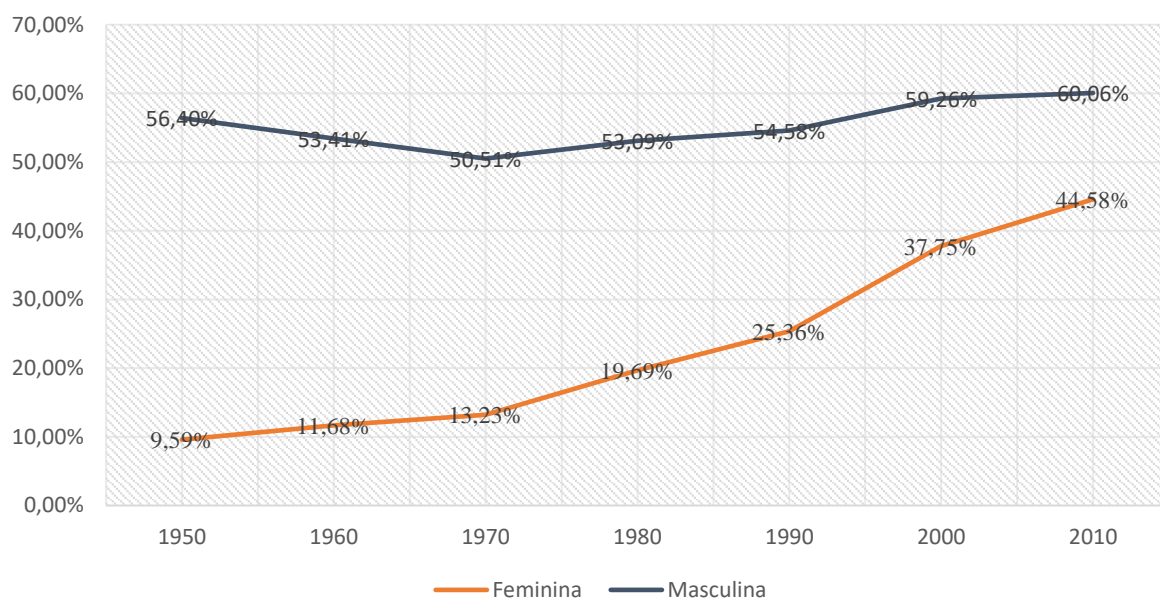
A submissão e a desigualdade de direitos entre homens e mulheres devem ser analisadas desde o âmbito familiar e de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, pois nas sociedades pré-capitalistas a mulher era jurídica, social e politicamente inferior ao homem, porém representava um papel econômico relevante. No capitalismo, o trabalho feminino encontra uma série de obstáculos que o coloca integrado na divisão interna da classe trabalhadora como a mais desvalorizada. Assim ocorre a marginalização do trabalho feminino.

A interiorização social do que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então (SAFFIOTI, 1976, pag.36).

A inserção conservadora do trabalho feminino na moderna sociedade industrial significou a “inclusão” de uma imensa massa de trabalho desvalorizada, pelas condições de sua sociabilidade pré-existente, à extração da mais-valia. Apesar do enorme avanço das forças produtivas observadas no século XX, a condição subordinada com que a mulher é submetida é latente. Mesmo diante da “modernização” de suas funções na re-produção da sociedade capitalista

constatadas, por exemplo, com a redução da taxa de fecundidade e uma maior escolarização, embora seja principalmente uma conquista da luta das mulheres contra a desigualdade, puderam ser assimiladas pelo o capital como mais tempo de trabalho qualificado, desvalorizado e disposta ao mercado de trabalho, como mostram os gráficos e a tabela abaixo.

Gráfico 03- Taxa de participação da população economicamente ativa por sexo - 1950-2010



Fonte: IBGE, PnadC – 2018
Elaborado pela autora

Para Ferreira (2017) a ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser comparada com um processo de “modernização conservadora”, pois mesmo com o aumento do número de mulheres inseridas nas relações assalariadas há veementemente a permanência dos espaços tradicionais de ocupação: o setor de serviços e o emprego doméstico. Ampliação e precarização do emprego feminino constituem uma dinâmica contraditória que expressa a manutenção de rígidas fronteiras da divisão social e sexual do trabalho sob a ordem capitalista e patriarcal (FERREIRA, 2017 Pag. 68).

Tabela 02 – população economicamente ativa e taxa de fecundidade 1970-2010

| Ano de referencia | População feminina economicamente ativa | Taxa de fecundidade |
|-------------------|---|---------------------|
| 1970 | 28,8% | 5,8 |
| 1980 | 33,5% | 4,4 |
| 1990 | 35,5% | 2,9 |
| 2000 | 39,1% | 2,3 |
| 2010 | 48,5% | 1,8 |

Fonte: Censo demográfico – IBGE

. A tabela indica que a taxa de fecundidade tem relação direta com a participação da mulher no mercado do trabalho, a presença de filhos, sobretudo em idade escolar diminui essa probabilidade de inserção, e por outro lado aumenta a possibilidade de inserção em trabalhos precários e mal remunerados.

Estudos comprovam, que um número significativo de mulheres deixam o mercado de trabalho para cuidar dos filhos, entre os homens essa porcentagem é bem menor. Conciliar trabalho, cuidado doméstico e com filhos sempre foi um desafio para a maior parte das mulheres, visto que os cuidados com os filhos e da casa são vistos como funções exclusivamente feminina.

Na divisão sexual do trabalho historicamente o que se observa no seio a sociedade patriarcal é aprofundamento dessas desigualdades, tendo a força de trabalho feminina um nível de precariedade maior, quer seja no âmbito de realizações de funções não remuneradas para reprodução social ou mesmo em atividades remuneradas. Precariedade essa que é intensificada na medida que as mulheres ao adentrarem no mercado de trabalho, devem acumular o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

Tabela 03 - Distribuição percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e setor de atividade - Brasil, 2005 a 2015.

| Sexo | Setor de Atividade | Total | | | | | | | | | |
|-----------|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Total | Adm. Pública | 5,0 | 5,1 | 5,1 | 5,0 | 5,2 | 5,5 | 5,5 | 5,6 | 5,2 | 5,3 |
| | Agrícola | 19,6 | 18,7 | 17,7 | 17,0 | 16,5 | 15,1 | 14,1 | 14,1 | 14,1 | 13,8 |
| | Comércio | 17,7 | 17,5 | 17,9 | 17,3 | 17,6 | 17,8 | 17,7 | 17,7 | 18,1 | 18,1 |
| | Indústria | 15,1 | 15,0 | 15,4 | 15,3 | 14,8 | 13,5 | 14,1 | 13,5 | 13,2 | 12,6 |
| | Construção Civil | 6,6 | 6,7 | 6,8 | 7,6 | 7,5 | 8,5 | 8,8 | 9,3 | 9,2 | 9,0 |
| | Serviços Auxiliares | 8,3 | 8,4 | 8,5 | 8,9 | 8,7 | 10,4 | 10,4 | 10,2 | 10,2 | 10,5 |
| | Serviços Sociais | 16,7 | 16,8 | 16,8 | 16,5 | 17,3 | 16,5 | 16,5 | 17,1 | 16,9 | 17,6 |
| | Outras Atividades | 11,0 | 11,9 | 11,8 | 12,4 | 12,3 | 12,7 | 12,9 | 12,5 | 13,0 | 13,1 |
| | Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Masculino | Adm. Pública | 5,4 | 5,5 | 5,4 | 5,3 | 5,5 | 5,7 | 5,6 | 5,9 | 5,4 | 5,6 |
| | Agrícola | 22,7 | 21,7 | 20,7 | 20,0 | 19,9 | 18,2 | 17,3 | 17,1 | 16,9 | 17,0 |
| | Comércio | 18,9 | 18,6 | 18,9 | 18,1 | 18,3 | 17,9 | 18,0 | 18,0 | 18,6 | 18,6 |
| | Indústria | 16,7 | 16,7 | 17,3 | 17,1 | 16,4 | 15,1 | 15,6 | 15,1 | 14,7 | 14,0 |
| | Construção Civil | 11,2 | 11,3 | 11,5 | 12,7 | 12,8 | 14,3 | 14,8 | 15,7 | 15,7 | 15,2 |
| | Serviços Auxiliares | 10,1 | 10,2 | 10,4 | 10,7 | 10,4 | 12,2 | 12,1 | 12,0 | 11,9 | 12,4 |
| | Serviços Sociais | 4,4 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,9 | 4,7 | 4,8 | 5,1 | 5,2 | 5,5 |
| | Outras Atividades | 10,8 | 11,5 | 11,2 | 11,6 | 11,7 | 11,8 | 11,7 | 11,2 | 11,5 | 11,7 |
| | Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Feminino | Adm. Pública | 4,5 | 4,5 | 4,6 | 4,5 | 4,8 | 5,3 | 5,4 | 5,2 | 5,1 | 4,9 |
| | Agrícola | 15,5 | 14,7 | 13,6 | 12,9 | 12,1 | 10,9 | 9,8 | 9,9 | 10,4 | 9,5 |
| | Comércio | 16,2 | 16,0 | 16,5 | 16,2 | 16,7 | 17,6 | 17,4 | 17,4 | 17,5 | 17,5 |
| | Indústria | 12,9 | 12,6 | 12,7 | 13,0 | 12,7 | 11,3 | 11,9 | 11,3 | 11,2 | 10,8 |
| | Construção Civil | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,7 |
| | Serviços Auxiliares | 5,8 | 6,0 | 6,0 | 6,5 | 6,4 | 7,9 | 8,0 | 7,9 | 7,9 | 8,0 |
| | Serviços Sociais | 33,4 | 33,3 | 33,5 | 32,7 | 33,8 | 32,6 | 32,3 | 33,2 | 32,3 | 33,7 |
| | Outras Atividades | 11,3 | 12,4 | 12,5 | 13,6 | 13,0 | 13,9 | 14,5 | 14,4 | 14,9 | 14,9 |
| | Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE/PNAD

A diferenciação entre as profissões também faz parte de um problema estrutural, pois mostra a predominância no exercício de algumas funções historicamente determinadas como “femininas”. Há fortemente uma presença feminina nos salões de beleza exercendo funções como cabelereiras e manicures; nas áreas de limpeza doméstica e de empresas; no turismo; em comércios e nos denominados “serviços em geral”, que são também os que tem menores rendimentos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 4 - Distribuição percentual da população ocupada por setores de atividade (%) 2010

| | Agricultura | Indústria | Serviços |
|----------|-------------|-----------|----------|
| Total | 14,7 | 22 | 63,3 |
| Homens | 18,2 | 29,5 | 52,3 |
| Mulheres | 9,9 | 11,8 | 78,3 |

Fonte: IBGE-2010

A manutenção da desigualdade entre homens e mulheres pode ser constatada pela pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD-C (2017) realizada pelo IBGE, onde se apontou que as mulheres recebem rendimentos menores que os dos homens, além de não usufruir das mesmas condições. O traço qualitativo que demarca a inserção do trabalho feminino de forma desigual pode ser observado ainda no quantitativo dessa força de trabalho inseridas no setor de serviços como demonstra a tabela, notadamente o mais vulnerável ao processo de precarização e desvalorização.

SESSÃO 5 – CONCLUSÃO

É essencial que todos tenham dimensão das lutas femininas ao longo do processo histórico, e que tenham consciência de quão árduo é o trabalho doméstico e de cuidados realizado dentro dos lares, sem hora de início nem de término. Nessa pesquisa um dos principais objetivos foi evidenciar isso, sobretudo quando diz respeito as mulheres de baixa renda, pois quanto mais pobre, mais intensificado são os níveis de exploração. Essas duplas, triplas jornadas de trabalho atribuídas as mulheres tem consequências diretas em diferentes aspectos, na sua vida pessoal; na saúde mental e física; e na vida profissional, pois muitas vezes “impede” as mulheres ao aprimoramento intelectual.

Ao longo do processo histórico o mundo do trabalho vem sofrendo diversas transformações, e fatores como: um estado neoliberal e a aprovação de reformas trabalhistas contribuem imprescindivelmente para o aumento da exploração e de outras formas de precarização. Ao se tratar de classe trabalhadora devemos atentar-se para desvendar os desafios que o trabalho feminino vem sofrendo ao longo dos tempos. As relações de gênero, assim como outros tipos de relação desenvolvidas no âmbito da sociedade capitalista se apresentam como estratégias fundamentais para reprodução do sistema. As desigualdades raciais e de gênero tem origem no processo histórico de formação do Brasil e em pleno século XXI e ainda é significativo o número de pessoas que reproduzem na sociedade a concepção sexista caracterizada pela divisão social do trabalho baseado nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, delineando o espaço produtivo pertencente aos homens e o espaço reprodutivo às mulheres. E durante todo o processo histórico em todos os setores o trabalho feminino sempre foi visto como um trabalho inferior ao trabalho masculino, sendo considerado o sexo feminino como um sexo frágil. Porém, mesmo com toda restrição que teve, e ainda tem, o trabalho feminino ao longo da história é evidente sua importância.

A categoria trabalho, que fundamenta essa pesquisa, se configura como uma categoria essencial para composição das sociedades, bem como na formação de famílias, desde a mais simples até as mais sofisticadas, assim o trabalho norteia todos os espaços. O trabalho é essencial na realização da vida humana e sem ele não haveria sociedade, nem evolução da mesma. Porém, o modo capitalista de produção

cria e recria a todo instante formas de precarização. Com a reestruturação do capital surgem novas formas de trabalho, como o objetivo de valorização do capital, bem como para a produção e reprodução de forma ampliada e dessa forma o capitalismo contribui para com a dominação burguesa e intensifica a desigualdade de todas as formas.

Partindo das contradições presentes na produção capitalista do espaço compreende-se que o capital se apropria de espaços, das periferias urbanas e os campos pauperizados, e condiciona-os a sua lógica de reprodução do trabalho e de trabalhadores sobre determinados pelas mulheres. Dessa forma, esses espaços não podem ser concebidos separadamente, pois estão interligados no mesmo modo de produção, em outras palavras, esses são dialeticamente separados para atender a lógica do capitalismo que seria a acumulação do capital.

Mesmo quando a mulher tem um companheiro que divide as tarefas domésticas a mulher continua dedicando maior tempo a esses serviços, pois se sente a maior responsável devido questões sociais e históricas. Dentro do lar, ainda que a mulher trabalhe fora de casa, estude, ainda é de sua responsabilidade realizar todas as tarefas domésticas e a necessidade de combinação das atribuições de mãe, dona de casa, esposa, profissional. Esses fatores contribuem significativamente para que a mulher tenha menos oportunidades, e assim, torna-se mais difícil a sua inserção no mercado de trabalho. A maioria das mulheres abre mão de sua vida profissional para se dedicar integralmente ao cuidado com filhos, maridos e conseqüente para cuidar do lar.

No processo de realização dessa pesquisa percebe-se que a categoria feminina avançou e apesar de conquistas significativas como, uma maior presença da mulher no mercado de trabalho e uma singela participação na política, mesmo sem renunciar as imposições impostas pelo patriarcado de cuidar dos serviços domésticos, a mulher ainda tem um longo caminho a percorrer até serem respeitadas e valorizadas com isonomia nos diversos campos, pois sua função na sociedade vai muito além de ser mãe, esposa e dona de casa.

As funções atribuídas a cada sexo dependem da construção social de cada indivíduo, pois essas são influenciadas e marcadas por construções sociais sexistas. O fato de o trabalho doméstico ser exercido majoritariamente por mulheres reforça e evidencia a submissão e opressão sofrida por mulheres mesmo no ambiente familiar,

pois é a realização do trabalho doméstico reprodutivo que possibilita o companheiro ou mesmo a esposa a inserção no trabalho produtivo ou improdutivo.

Das conclusões alcançadas, verifica-se que apesar de todos os desafios, por meio de lutas e de movimentos como o feminismo, as mulheres vêm conquistando maiores espaços na vida política e profissional, o que tem lhe possibilitado uma maior independência e autonomia financeira. Assim, espera-se, que o resultado desta pesquisa, possa contribuir para reflexão e valorização do trabalho feminino tanto em âmbito produtivo quanto reprodutivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. A. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 2, p. 271–289, 2013.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez – p. 35-48, 2001.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações No Mundo Do Trabalho Na Era Da Mundialização Do Capital. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética em Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2005.

BRUSCHINI, C. Mulher e Trabalho: Políticas de Recursos Humanos em Empresas de Ponta. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 95, p.13-24, Nov, 1995.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do Espaço da Miséria. *Scientia Plena*. Sergipe, v.1, n.6, set. 2005. Disponível em: <<http://www.scientiaplenu.org.br/sp.v1n6/p166-170pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

DA COSTA, Renata Gomes; VIEIRA, Monique Soares. As contribuições de Heleieth Saffioti para a análise do emprego doméstico no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 23, ed. 43, p. 272, jul./dez. 2019.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2018. 388 p.

FERREIRA, V. M. *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências*. 2017. 202f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social. Recife, 2017.

GAUDEMAR, J. P. de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Produção Do Espaço: Uma Reaproximação Conceitual Da Perspectiva Lefebvriana. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 23, p. 125 - 132, 2008.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo: Editoras Iskra e Boi tempo. 2014.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho, ano 4, n.7, p. 5-28, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de pesquisa, v 37, n 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos PAGU (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HOBBSAWM, Eric J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Grupo "As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, H. A Reprodução das Relações de Produção. Porto, Escorpião (1ª parte de La Survie du Capitalisme). Paris: Anthropos, 1973.

LESSA, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Cortez, 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. Introdução a Filosofia de Marx. São Paulo. Expressão popular, 2008.

LESSA, Sergio. Para Compreender a Ontologia de Lukács. 4ª Edição Instituto Lukács São Paulo, 2015.

MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial no século XVIII. São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1989.

MARX, Karl. O capital crítica da economia política. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. Capital constante e capital variável; A taxa de mais valia. In: O capital. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988, cap. 6 p. -224-236 e cap. 7, p. 237-259.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friederic Trabalho Assalariado e Capital. 5 de abril de 1849. Obras Escolhidas em Três Tomos. Cidade: Editora Avante, 2006.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS István, ***Para além do capital***: rumo a uma teoria da transição. (São Paulo, Boitempo, 2002).

MENEZES, Sócrates. O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2018. Capítulo 2, p. 47-99.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: Uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

NISBET, Robert. Os filósofos. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

OLIVEIRA, A.U de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Ed Ática, 1986.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As mulheres no âmago da precariedade histórica do mundo do trabalho. Geografia em Atos (Online), v. 3, n. 18, p. 243-268, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7961>. Acesso em: 02 agost. 2021.

PRIEB, Sérgio. **A classe trabalhadora diante da terceira revolução industrial**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao1/Sergio_Prieb.pdf>. Acesso em 20 mai. 2013.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho Feminino e Capitalismo. IX Congresso f Ethnological and Anthrpological Sciences, Chicago, 1973.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. Avenir editora limitada, Rio de Janeiro, 1979.

SAFFIOTI. B. O poder do Macho. 4. Ed. Coleção Polêmica, editora Moderna. São Paulo, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, S. B.; ALVARENGA, M. M. O Conceito de Produção do Espaço no Pensamento Geográfico. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, Havana. Memorias: por una américa latina unida y sustentable. Havana, 2015.

SANTOS, Antônio Luiz. Produção de riqueza e miséria na cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça Bahia. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1987.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Geosp - Espaço e Tempo, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

VÁZQUEZ, A.S. O que é a práxis. In: Filosofia da práxis. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Questionário A



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo



Título da pesquisa: A condição do trabalho feminino das mulheres que colhem café no Planalto da Conquista-BA

Objetivo: Obter informações sobre as mulheres que realizam a colheita do café no Planalto da Conquista, identificar a relação que o trabalho realizado por essas, fora e dentro do período da colheita, tem com a produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientador: Sócrates Oliveira Menezes
Pesquisador: Jéssica de Oliveira Silva

IDENTIFICAÇÃO

1-Idade _____

2- Estado Civil

() Solteiro () Casado () Outro

3- Possui filhos? () Sim () Não Quantos? _____

Idade do filho mais velho _____

Idade do filho mais novo _____

Quantas pessoas moram na residência _____

4- Estudou até que série

() não estudou

() não estudou mas sabe ler

() ensino fundamental completo

() ensino fundamental incompleto

() ensino médio completo

() ensino médio incompleto

TRABALHO NA COLHEITA DO CAFÉ

5 - Quantas colheitas de café você já participou?

() 1 a 3 () 4 a 5 () 6 a 7

() 8 a 10 () outro. Quantas? _____

6- Qual a condição do trabalho?

